

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Larissa Pereira Silva

**A RELAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO DE
COMUNIDADE NO BRASIL: ARTICULAÇÕES QUE IMPULSIONAM REFLEXÕES
CRÍTICAS NA PROFISSÃO**

Juiz de Fora

2023

Larissa Pereira Silva

**A RELAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO DE
COMUNIDADE NO BRASIL: ARTICULAÇÕES QUE IMPULSIONAM REFLEXÕES
CRÍTICAS NA PROFISSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a conclusão da disciplina de Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso II

Orientadora: Luciana Gonçalves Pereira de Paula

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Larissa Pereira.

A RELAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE NO BRASIL: ARTICULAÇÕES QUE IMPULSIONAM REFLEXÕES CRÍTICAS NA PROFISSÃO / Larissa Pereira Silva. -- 2023.

68 p.

Orientadora: Luciana Gonçalves Pereira de Paula
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2023.

1. Serviço Social. 2. Desenvolvimento de Comunidade. 3. participação social. 4. movimentos sociais. I. Paula, Luciana Gonçalves Pereira de , orient. II. Título.



LARISSA PEREIRA SILVA

**A RELAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE NO
BRASIL: ARTICULAÇÕES QUE IMPULSIONAM REFLEXÕES CRÍTICAS NA PROFISSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Política de Ação do Serviço Social, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador(a): Luciana Gonçalves Pereira de Paula

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 20 de dezembro de 2023, por banca composta pelos seguintes membros:

Profª Dra. Luciana Gonçalves Pereira de Paula – Orientador(a)

Profª Dra. Marina Monteiro de Castro e Castro

Profª Dra. Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras

Nota: 50

Juiz de Fora
Dez/2023

*“[...]Aqui vivi, criei meus filhos, labutei com meu marido, vi meus vizinhos e compadres serem enterrados, lá no cemitério que vocês fecharam. Fui parida, mas também pari esta terra. Sabe o que é parir? A senhora teve filhos. Mas sabe o que é parir? Alimentar e tirar uma vida de dentro de você? Uma vida que irá continuar mesmo quando você já não estiver mais nesta terra de Deus? Não sei se a senhora sabe, mas eu peguei em minhas mãos a maioria desses meninos, homens e mulheres que a senhora vê por aí. Sou mãe de
pegação deles. Assim como
apanhei cada um com minhas mãos, eu pari esta terra. Deixa ver se a senhora entendeu: esta terra mora em mim”, bateu com força em seu peito, “brotou em mim e enraizou.” “Aqui” bateu novamente no peito, ‘é a morada da terra. Mora aqui em meu peito porque dela se
fez minha vida, com meu povo todinho.”*

(Itamar Vieira Junior)

AGRADECIMENTOS

*Viver é partir
Voltar e repartir... (Emicida)*

Em primeiro lugar, agradeço a minha mãe Cristina por todo amor e dedicação em me manter na faculdade, e principalmente, por ter sonhado comigo tanto minha inserção no ensino superior quanto a conclusão desta graduação.

À minha irmã Desyrre e aos familiares por terem acreditado e apoiado, de todas as formas possíveis, essa caminhada.

Aos meus amigos Raphael Cascelli e Mariana Silva, pelos anos de parceria na cidade de Juiz de Fora, e por terem sido acalanto em momentos turbulentos.

Às minhas queridas amigas/professoras da cidade de São Lourenço Patrícia Paiva, Myriam Menegale e Anete Negreiros, por terem incentivado e orientado no ingresso à Graduação de Serviço Social.

Às minhas amigas da turma de 2018.1, Laura Cabral, Monalisa Santos, Maristela Lucarelli, Isabela Gusman, pelos anos de caminhada na Faculdade de Serviço Social e pela parceria que criamos durante esses anos.

Ao meu amigo João Victor por ter contribuído tanto na efetivação e conclusão deste trabalho.

Às professoras Maria Lúcia Duriguetto, Susana Maia e Rosângela Batistoni, e aos demais integrantes do grupo de pesquisa “A relação do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais no Brasil no período de 1970-1980”, pelos anos de estudos que acrescentaram tanto em minha formação.

À querida professora Luciana Paula, por ter sido paciente e acolhedora em todo o processo de escrita deste trabalho.

À minha querida supervisora de estágio Érica Fernandes, por todo suporte, cuidado e paciência que me ofertou durante esse um ano e meio.

Aos profissionais do Departamento de Proteção Básica que me acompanharam no último ano no estágio, e que vibram a cada conquista alcançada. Vocês são excelentes. Muito obrigada pelo carinho e profissionalismo!

Dedico este trabalho à minha mãe Cristina e Romeu Olive (in memoriam) — querido professor e amigo, que contribuiu tanto para minha inserção na Graduação e por ter sido um grande parceiro de luta.

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo analisar a relação do Serviço Social com o Desenvolvimento de Comunidade (DC), partindo das transformações sócio-políticas que o afetaram e das implicações dessas na profissão. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, partindo do método materialista-histórico dialético buscando compreender criticamente os elementos que envolvem o DC e a profissão de Serviço Social. O trabalho se estrutura em duas seções. Na primeira, são apresentados os elementos sócio-histórico brasileiro e capitalista monopolista que antecedem e implicam na gênese do Serviço Social no país, e também, elementos político-econômicos que levam ao desenvolvimentismo no Brasil e ao surgimento de Desenvolvimento de Comunidade. Na segunda e última seção, são elucidados de forma aprofundada a relação da profissão de Serviço Social e o Desenvolvimento de Comunidade. A partir das análises constatou-se que a relação entre a profissão e o DC, se constituiu como essencial para o processo de aproximação do Serviço Social com os Movimentos Sociais.

Palavras-chaves: Serviço Social; Desenvolvimento de Comunidade; participação social; movimentos sociais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CAPÍTULO I: MUDANÇAS SÓCIO-POLÍTICAS E SEUS IMPACTOS NO SERVIÇO SOCIAL	15
1.1 CAPITALISMO MONOPOLISTA E SERVIÇO SOCIAL – ÊNFASE NA PARTICULARIDADE SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA.....	15
1.1.1 Breves notas sobre a constituição da era dos monopólios na sociedade capitalista.....	15
1.1.2. Apontamentos sobre a realidade brasileira no início do século XX.....	18
1.1.3 Algumas considerações sobre a gênese do Serviço Social no Brasil.....	23
1.2 IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA, PERSPECTIVA DO GOVERNO DE JUSCELINO KUBITSCHER E O DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE NO BRASIL.....	29
1.2.1 Apontamentos sobre o contexto político-econômico do Governo de Juscelino Kubitschek.....	29
1.2.2 Ideologia Desenvolvimentista e o surgimento do Desenvolvimento de Comunidade.....	32
 2. CAPÍTULO II: DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE E O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E A APROXIMAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL.....	 35
2.1. AS EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE.....	35
2.1.1. O Desenvolvimento de Comunidade e os primeiros intelectuais brasileiros....	36
2.1.2. Algumas experiências de Desenvolvimento de Comunidade no Brasil.....	39
2.2. SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE.....	48
2.2.1. O surgimento do Desenvolvimento de Comunidade (DC) no Brasil e sua aproximação inicial com a profissão de Serviço Social.....	48
2.2.2. As experiências de Desenvolvimento de Comunidade através da perspectiva da profissão de Serviço Social.....	55
2.2.3. Apontamentos sobre o Desenvolvimento de Comunidade e as primeiras sinalizações de reflexões críticas no Serviço Social.....	60
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 63

REFERÊNCIAS.....65

INTRODUÇÃO

O sistema capitalista vigente, tendo por direcionamento um projeto neoliberal, tem provocado a intensificação das mazelas sociais e contribuído para desmobilização social da classe trabalhadora. Esse contexto, indubitavelmente, tem apresentado à categoria profissional do Serviço Social tanto novas expressões da questão social, quanto desafios cotidianos para a sua atuação.

Os espaços sócio-ocupacionais encontram-se atravessados pela lógica capitalista, individualista, que reforça uma perspectiva tecnicista e culpabilizante dos sujeitos que são público-alvo das políticas sociais.

Tais tendências provocam a individualização do trabalho e das demandas a serem atendidas e o menosprezo de uma perspectiva de coletividade, além de oferecerem políticas insuficientes para atender às necessidades dos sujeitos sociais. É nesse ambiente que se inserem os profissionais do Serviço Social.

Dito isso, a pesquisa apresentada por meio deste projeto tem como foco resgatar historicamente um elemento constituinte da história da profissão de Serviço Social - o Desenvolvimento de Comunidade (DC). Esse resgate procura compreender o DC como essencial para impulsionar um movimento crítico na profissão no Brasil. Interessa-nos, especialmente, compreender como a prática profissional dos assistentes sociais — em um processo contraditório — buscou a aproximação com a realidade social e com as organizações sociais estabelecidas nos locais que foram alvo do DC.

Deve-se destacar, ainda, que não se trata de “saudosismo” em relação à prática do DC, mas sim da vontade de compreender, a partir das experiências históricas do Desenvolvimento de Comunidade, a importância de conhecer a realidade social na perspectiva do alvo das ações desenvolvidas pelos profissionais. Além disso, busca-se desvelar a potencialidade que foi se perdendo durante os últimos anos de intensificação do modo de produção capitalista — o contato com os movimentos sociais.

Desse modo, a partir da análise que será realizada, pretende-se pensar possibilidades para a realidade atual da prática profissional dos assistentes sociais e, assim, traçar os principais desafios históricos que nos foram postos. Ademais, busca-se perceber a importância da articulação político-pedagógica presente na profissão entrelaçada a uma compreensão da perspectiva dos usuários e das lutas sociais.

O processo de definição do tema de estudo, certamente, foi provocado por diversos questionamentos que surgiram durante a Graduação em Serviço Social, que teve seu início em 2018.

Enquanto mulher filha de trabalhadores, tive minha inserção no meio universitário a partir de cota de baixa-renda. Desse modo, o estudo que me foi negado pelo Estado durante o ensino básico, e políticas sociais que foram negadas a minha família durante minha infância e adolescência, permitiram-me, também, o interesse por uma profissão que imprimisse um compromisso com os meus, com a minha classe.

Portanto, essas questões — referentes às políticas que me permearam a vida, ou não — fizeram-me questionar sobre a relação da classe trabalhadora com os profissionais do Serviço Social.

Além disso, a inserção no campo de estágio também tem sido favorável para a observância da problemática levantada aqui, principalmente por estar realizando o estágio na Gestão da Política de Assistência Social, o que me permite vivenciar uma rotina de trabalho de acompanhamento dos profissionais da execução e atendimento direto ao usuário, assim como os do Serviço Social em cargos de gestão.

Sendo assim, tanto as perguntas não respondidas quanto a afeição pela temática impulsionaram minha inserção em um projeto de Iniciação Científica que se propunha a debater, em profundidade, esse tema. Essa pesquisa, denominada “A relação do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais no Brasil no período de 1970-1980”, é coordenada pela Prof^a Dr^a Maria Lúcia Duriguetto e conta com a participação de professoras e discentes de graduação, mestrado e doutorado. Ademais, a Iniciação Científica está inserida na pesquisa nacional com articulação internacional: “O Serviço Social na História: Questão Social e Movimentos Sociais - América Latina e Europa (1960-2020)” que agrupa um conjunto de universidades federais e estaduais, além de universidades da América Latina e da Europa.

Desse modo, durante o percurso da pesquisa, uma das questões transpostas à realidade atual ainda não me haviam sido respondidas. Dentre elas, “como o Desenvolvimento de Comunidade colaborou para a aproximação dos profissionais com a classe trabalhadora e com os movimentos sociais?”.

Portanto, tentar localizar e pesquisar sobre a temática é um compromisso profissional e, mais que isso, um compromisso de classe, visto que, para pensar materialmente sobre mudanças significativas na realidade, é preciso verdadeiramente apropriar-se dos processos contraditórios que as provocam.

Dessa maneira, o que se espera com essa pesquisa é contribuir com o debate acerca da importância da aproximação da categoria com a classe trabalhadora — e suas formas de organização —, principalmente no questionamento quanto à prática profissional em sua defesa do projeto ético-político. Tal motivação se dá porque se faz essencial para a contribuição de mudanças efetivas no âmbito social e também para que se dê respostas aos usuários que sejam aproximadas de suas demandas, não paliativamente, e sim, de forma a enfrentar, juntamente com a classe, os problemas estruturais e essenciais que se mostram nas expressões da questão social.

O objetivo geral do trabalho foi analisar a relação do Serviço Social com o Desenvolvimento de Comunidade, partindo das transformações sócio-políticas que o afetaram e das implicações dessas na profissão. Para alcance deste objetivo geral, traçou-se os seguintes objetivos específicos: resgatar o contexto capitalista monopolista como essencial para a compreensão do surgimento do Serviço Social; resgatar o contexto político-econômico e social que provoca prática do Desenvolvimento de Comunidade (DC); analisar a atuação profissional dos assistentes sociais nas experiências do DC; evidenciar a relação entre a profissão e a classe trabalhadora por meio das experiências mais progressistas do DC.

A metodologia escolhida para a elaboração do projeto foi a análise bibliográfica, a partir do materialismo histórico-dialético, da teoria social marxista, uma vez que buscamos compreender criticamente as contradições, “estrutura e dinâmica” (NETTO, 2011, p. 20) que compõem o objeto para além de sua aparência. Como afirma Netto (2011):

Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (NETTO, 2011, p.22).

Isto posto, no referencial teórico deste projeto serão utilizados autores como Yamamoto e Carvalho (2014) — que tratam da gênese da profissão de Serviço Social —, Netto (2011) — que discorre em sua pesquisa sobre o capitalismo monopolista e sua relação com as políticas sociais —, Paula (2016) — que traz a centralidade do desenvolvimentismo capitalista e sua ideologia —, Castro (2011) — que se esforça para traçar os determinantes da história da profissão na América Latina — e também Ammann (2003), uma vez que busca em sua pesquisa aprofundar-se no debate acerca das experiências do desenvolvimento de comunidade. Além

disso, serão usados outros autores que contribuem para o debate e que trazem elementos históricos, políticos-econômicos e sociais do período estudado.

Desse modo, a escolha da bibliografia permitirá compreender a historicidade do período e os elementos econômicos, políticos e sociais que a compõem, sendo articulada com autores que tratam da constituição e prática da profissão demonstrando sua inseparabilidade do movimento da realidade. Dessa forma, permitirá também o entendimento do período e suas determinações contextuais na prática do Desenvolvimento de Comunidade.

Portanto, no Capítulo I serão discorridas as particularidades sócio-históricas brasileiras e o capitalismo monopolista, enquanto cruciais para o surgimento da profissão de Serviço Social. Além disso, serão evidenciados os principais componentes político-econômicos que levaram ao surgimento do desenvolvimentismo brasileiro, assim como o surgimento do Desenvolvimento de Comunidade nesse contexto. Enfim, no Capítulo II será aprofundado o surgimento do Desenvolvimento de Comunidade no país e a sua relação com a profissão de Serviço Social.

CAPÍTULO I - MUDANÇAS SÓCIO-POLÍTICAS E SEUS IMPACTOS NO SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo serão discutidos os principais componentes que levaram ao surgimento do desenvolvimentismo, assim como do Desenvolvimento de Comunidade. Portanto, será dada centralidade às particularidades sócio-históricas brasileiras e ao desenvolvimento do capitalismo monopolista que são cruciais para o surgimento da profissão de Serviço Social.

1.1 CAPITALISMO MONOPOLISTA E SERVIÇO SOCIAL – ÊNFASE NA PARTICULARIDADE SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA

O desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil é essencial para compreendermos juntamente com sua particularidade sócio-histórica as bases que levaram à gênese do Serviço Social, assim como, posteriormente, a construção do desenvolvimentismo. Desse modo, neste subcapítulo, serão traçadas as principais características que antecederam o Desenvolvimento de Comunidade, tanto na ordem capitalista, como também na profissão de Serviço Social.

1.1.1 Breves notas sobre a constituição da era dos monopólios na sociedade capitalista

A identidade do desenvolvimentismo está ontogeneticamente vinculada ao capitalismo, mas é na sua feição monopólica que mais se evidencia, pois se verifica, em suas medidas político-econômicas, uma espécie de *concertação* entre o Estado e o mercado. Essa concertação conta com processos particulares de reestruturação de ambos como resposta a suas crises cíclicas, permitindo a criação de condições adequadas tanto para propagação de seu corolário ideopolítico quanto das formas de produção e reprodução social (PAULA, 2016, p.174).

A passagem acima referenciada, presente em Paula (2016), nos demonstra a característica mais latente e intrínseca do que chamamos de Desenvolvimentismo — a vinculação direta entre Estado e o capitalismo —, que se expressa de forma mais explícita no capitalismo monopolista.

Assim, é a partir dessa vinculação entre capitalismo monopolista e desenvolvimentismo que se coloca a importância de uma breve análise da constituição desta fase capitalista.

Desse modo, o século XIX foi marcado, na ordem capitalista mundial, pela passagem de um capitalismo concorrencial para a era dos monopólios. O que anteriormente era caracterizado pela livre concorrência — alinhada às premissas do liberalismo —, passa sistematicamente a se desenvolver para um estágio imperialista.

Portanto, atentando-se às principais modificações dessa passagem e às características do capitalismo monopolista, como sinaliza Netto (2011, p. 20), esta fase cumpre com um objetivo central: “*o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados*”. Ou seja, a partir da reformulação de sua dinâmica de livre concorrência para uma fase monopólica, a qual se caracteriza pela fusão de empresas, busca-se extrair superlucros na extração de mais-valia — não de uma, mas da junção dos grupos capitalistas.

De tal modo, essas modificações econômicas capitalistas são evidentes por diversos fenômenos, como sumariza Netto (2011, p. 27):

a) os preços das mercadorias (e serviços) produzidas pelos monopólios tendem a crescer progressivamente; b) as taxas de lucro tendem a ser mais altas nos setores monopolizados; c) a taxa de acumulação se eleva, acentuando a tendência descendente da taxa média de lucro (Mandel, 1969, 3: 99-103) e a tendência ao subconsumo; d) o investimento se concentra nos setores de maior concorrência, uma vez que a inversão nos monopolizados torna-se progressivamente mais difícil (logo, a taxa de lucro que determina a opção do investimento se reduz); e) cresce a tendência de economizar trabalho “vivo”, com a introdução de novas tecnologias; f) os custos de venda sobem, com um sistema de distribuição e apoio hipertrofiado — o que, por outra parte, diminui os lucros adicionais dos monopólios e aumenta o contingente de consumidores improdutivos (contrarrestando, pois, a tendência ao subconsumo).

Sendo assim, para que seja garantido o percurso de desenvolvimento capitalista, essa nova estrutura exige mais do que sua refuncionalização interna de produção, mas alinhado a isso, destaca-se sua “*demanda de mecanismos intervencionistas extra-econômicos*” (NETTO, 2011, p. 24), ou seja, a intervenção do Estado. Logo, nessa fase o Estado passa a desempenhar novas funções para a reprodução do sistema capitalista, transpassa seu desempenho de um “*intervencionismo emergencial, episódico, pontual*” (NETTO, 2011, p. 25), para incidir “[...] na organização e na dinâmica econômica *desde dentro*, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções *econômicas* (IBID, p. 25).”

Dessa maneira, a partir dessa relação entre função extra-econômica e política, o Estado — como garantidor da acumulação capitalista — desempenha um papel significativo na criação de infra-estruturas, subsídios diretos e indiretos, condições econômicas favoráveis a sua lucratividade, dentre outras funções. Ademais, intervém principalmente na força de trabalho, a qual é o pilar de sua lógica de acumulação¹, e compromete-se a intervir diretamente.

¹ “Ao final do processo de produção é possível visualizar que parte do que o trabalhador produziu não lhe foi remunerado, ou seja, valor foi criado durante o processo e anexado à mercadoria, fazendo que o valor de uso da força de trabalho tenha sido utilizado em toda sua potencialidade, que tenha produzido uma quantidade de valor maior do que seu valor de troca. Essa diferença será apropriada pelo capitalista quando este vender a mercadoria e realizar o mais valor produzido, transformando-o em capital. É com esse intuito que o capitalista investe no processo produtivo. Isto posto, conseguimos perceber que o trabalho nessa sociabilidade é trabalho que cria valor

Dessa forma, nesse momento do capitalismo monopolista, as mazelas geradas por ele se intensificam e suas contradições demonstram-se mais latentes.

[...] pelas contradições de fundo do ordenamento capitalista da economia, quer pelas contradições intermonopolistas e entre os monopólios e o conjunto da sociedade, o Estado — como instância da política econômica do monopólio — é obrigado não só assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio (NETTO, 2011, p. 27).

Todavia, o que fica expresso com o desenvolvimento capitalista em direção à monopolização e a intervenção do Estado como fundamental a esse processo é a insuficiência da mesma postura estatal como no período concorrencial, já que com o aumento das contradições entre capital e trabalho, a classe trabalhadora protagoniza as lutas sociais. Como sinaliza Paula (2014, p. 14),

Ao mesmo tempo, na era monopolista, a imensa quantidade de trabalhadores homogeneizados, aglomerados nas grandes fábricas, vivenciando os mesmos níveis de exploração encontrou as bases necessárias para a identificação coletiva das desigualdades sociais e a constituição de reivindicações por melhores condições de trabalho e de vida.

Portanto, agir de forma coercitiva demonstra-se insuficiente para conter a insatisfação da classe subalterna, a qual passa a se organizar politicamente.

Desse modo, o Estado, como força extra-econômica e política na ordem monopolista, intervém de forma incisiva no trato das expressões da “questão social”², através de Políticas Sociais. Esse agente, indubitavelmente, ao assumir suas funções nessa nova ordem, não coloca em xeque sua aliança com a classe burguesa, e sim assume as responsabilidades de interventor, de forma a assegurar a continuidade da extração dos lucros. Sendo assim, como aponta Netto

– mais-valor – e capital, sendo assim, que cria as condições e a capacidade de manutenção e ampliação do ciclo de acumulação, uma vez que este valor criado e absorvido pelo capitalista retorna, em parte, ao processo produtivo como capital inicial, caindo em outro momento desse processo de valorização” (BAZARELLO; PINTO; PERANTONI; SILVA, 2022, p. 14-15).

² Entende-se aqui como Questão Social “as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 84).

(2011, p.33) “[...] não equivale a verificá-la como uma “decorrência natural” do Estado burguês capturado pelo monopólio. A vigência deste apenas coloca a sua possibilidade — sua concretização, como sugerimos, é variável nomeadamente das lutas de classe.”

Ou seja, as políticas sociais são decorrentes da “[...] capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, a que o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas.” (NETTO, 2011, p. 33).

1.1.2. Apontamentos sobre a realidade brasileira no início do século XX

O crescimento fabril da América Latina, em nosso século, foi determinado no exterior. Não foi gerado por uma política planificada e direcionada ao desenvolvimento nacional, nem coroou a maturação das forças produtivas, nem resultou da erupção de conflitos internos, já “superados”, entre os terras-tenentes e um artesanato nacional que morreu pouco depois de nascer. A indústria latino-americana nasceu do próprio ventre do sistema agroexportador, para responder ao agudo desequilíbrio provocado pela queda do comércio exterior (GALEANO, 2019, p.278).

Ao direcionarmos as análises para a particularidade brasileira, na ordem mundial do capitalismo, percebemos algumas singularidades em sua formação sócio-histórica que o caracteriza como capitalismo dependente³ e um desenvolvimento que conforma uma relação entre o “arcaico” e o “moderno”⁴.

Ao conformarmos esses aspectos na análise da conjuntura do século XIX, constatamos uma economia especificamente agroexportadora e direcionada à monocultura — baseada e mais fortemente consolidada na exportação do café —, ou seja, um “modelo de desenvolvimento voltado para fora” como elucida Tavares (1975) apud Gremaud, Vasconcellos, Toneto Júnior (2012, p. 331).

³ “A industrialização latino-americana se dá sobre bases distintas. A compressão permanente que exercia a economia exportadora sobre o consumo individual do trabalhador não permitiu mais do que a criação de uma indústria débil, que só se ampliava quando fatores externos (como as crises comerciais, conjunturalmente, e a limitação dos excedentes da balança comercial, pelas razões já assinaladas) fechavam parcialmente o acesso da esfera alta de consumo para o comércio de importação. É a maior incidência desses fatores, como vimos, o que acelera o crescimento industrial, a partir de certo momento, e provoca a mudança qualitativa do capitalismo dependente. A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda preexistente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados” (MARINI, 1973, p. 21).

⁴ “o desenvolvimento capitalista operava-se sem desvencilhar-se de formas econômico-sociais que a experiência histórica tinha demonstrado que lhe eram adversas; mais exatamente, o desenvolvimento capitalista redimensionar tais formas (por exemplo, o latifúndio), não as liquidava: refuncionalizava-as e as integrava em sua dinâmica. Na formação social brasileira, um dos traços típicos do desenvolvimento capitalista consistiu precisamente em que se deu *sem realizar* as transformações estruturais que, noutras formações (v. g., as experiências euro-ocidentais), constituíram em suas pré-condições. No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou *contra* o “atraso”, mas mediante a sua contínua *reposição* em patamares mais complexos, funcionais e integrados” (NETTO, 2015, p. 33).

Mesmo com os ciclos evidenciados e baseados na agroexportação, constata-se um grande peso da economia direcionada à exportação do café nesse período, como afirma Securato (2007, p. 233) apud Paula (2016, p. 191) “o Brasil já era considerado o principal produtor de café, responsável por $\frac{3}{4}$ da exportação mundial”.

Entretanto, ao analisarmos o século XX e os seus principais ocorridos, como o início da I Guerra Mundial e a Crise de 1929, coloca-se em foco as ações específicas do Estado brasileiro vista sua economia agroexportadora.

Dessa forma, de acordo com a crise vivenciada mundialmente no capitalismo no período acima referido e seus impactos na economia do país, é colocada em pauta a excessiva produção do café, sem as devidas considerações a outras matérias primas, uma vez que a economia brasileira e os direcionamentos frente a ela foram baseadas em uma única matéria prima. Esse direcionamento, com a Crise de 1929, certamente criou uma excessiva produção sem um certo consumo dos países que a exportavam.

Logo, devido ao cenário de crise econômica descrito e vivenciado na década de 1930, juntamente aos fatores sociais e embrionários da industrialização brasileira, Getúlio Vargas toma posse com discursos inicialmente favoráveis à transformação da realidade político-econômica e social posta naquele contexto.

De tal maneira, o período que segue com Vargas em 1930 é demarcado em sua política-econômica um “processo de substituição de importações”⁵, o que demandou do Estado brasileiro uma política heterodoxa com ações voltadas à “manutenção da renda”⁶ e também ao “deslocamento da demanda”⁷.

⁵ “A década de 30, assim como as décadas subseqüentes, compõem o período em que houve forte avanço do setor industrial no Brasil. Esse avanço teve determinadas características que permitiram chamá-lo de industrialização por substituição de importações. A principal característica de tal processo é uma industrialização fechada, que responde a desequilíbrios externos e é realizada por partes” (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR; 2012, p. 353).

⁶ “Essa política, ainda mais quando financiada, em parte, com crédito e emissão de moeda doméstica, constitui um tipo de política keynesiana de sustentação da demanda agregada (antes de Keynes ter publicado sua principal obra, o que ocorre em 1936). Assim, mesmo pagando um preço mínimo baixo para os cafeicultores, esse preço ainda viabilizava a realização da própria colheita e, portanto, o emprego e a renda de muitas pessoas, assim como permitia a manutenção de parte do efeito multiplicador exercido pelo café sobre o restante da economia” (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR; 2012, p. 350).

⁷ “Mantida minimamente a demanda, continuava, porém, existindo um problema no balanço de pagamentos. Esse problema, causado pela queda nas exportações de café e na entrada de recursos externos, era ainda agravado pela própria manutenção da demanda nessa economia. Com tal manutenção de demanda, parte dela materializava-se por meio de importações. A fim de solucionar esse problema, foi feita uma moratória sobre parte da dívida externa do país e permitida uma expressiva desvalorização da moeda nacional. Também se impôs um contingenciamento no uso dos recursos externos, isto é, as poucas divisas (moeda estrangeira) que entravam no país tinham sua utilização regulada pelo governo, e foram prioritariamente utilizadas para o pagamento de alguns compromissos externos e para a aquisição de bens essenciais ao país” (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR; 2012, p. 350-351).

Entretanto, frente à crise mundial estabelecida a partir de 1930 e a produção excessiva comparada à demanda, o Estado se colocou a intervir, “comprando e estocando café e desvalorizando o câmbio, com o objetivo de proteger o setor cafeeiro e ao mesmo tempo sustentar o nível de emprego e de renda dessa economia” (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR; 2012, p. 341). Portanto,

A crise dos anos 30 foi um momento de ruptura no desenvolvimento econômico brasileiro. A fragilização do modelo agroexportador trouxe à tona a consciência sobre a necessidade da industrialização como forma de superar os constrangimentos externos e o subdesenvolvimento (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR; 2012, p. 341).

Dessa forma, os tratos direcionados a esse período inicial da industrialização interna frente à substituição de importações são marcados por ações que pudessem investir na industrialização focada em bens de consumo duráveis, não duráveis e intermediários.

Desse modo, as ações que se estabelecem são marcadas por uma industrialização fechada, que pretende “visar ao atendimento do mercado interno, não ser uma industrialização que produz para exportar; depender em boa parte de medidas que protegem a indústria nacional dos concorrentes externos” (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR; 2012, p. 354).

Portanto, o que demarcou sua política econômica, a partir da substituição de importações, como sinalizam Gremaud, Vasconcellos, Toneto Júnior (2012) tem este modelo como principal forma de desenvolvimento.

Para além das ações econômicas delineadas no período varguista, coloca-se o trato da questão social como essencial para concretizar o desenvolvimento proposto. Ou seja, é a partir desse período, devido às medidas econômicas e ao início da industrialização, como também outros fatores essenciais – como a recente abolição da escravização – que se encontra um cenário de latentes movimentações no âmbito social.

Em vista disso, “manter a ordem” de forma coercitiva se combina com a criação de métodos necessários para a conciliação do inconciliável. Assim, como afirma Paula (2016, p.196), “entendendo o caráter político que reveste o mundo do trabalho, o primeiro governo Vargas associou a institucionalização de direitos trabalhistas à repressão a partidos e organizações de esquerda.”.

Ademais, como bem sinaliza Paula (2016) sobre o período

a Educação, como política social, passou a ocupar lugar estratégico na agenda governamental, com o intuito de potencializar a formação de cidadãos capazes de

responder ao ciclo de desenvolvimento proposto com a criação em novembro de 1930, do Ministério da Educação e Saúde. Preocupação parecida invadiu a área da Saúde, que começou a contar com medidas de implementação de uma política sanitária voltada, sobretudo, aos mais pobres. Mas é mesmo no campo da política trabalhista que Vargas imprimiu sua marca na agenda social (PAULA, 2016, p.196).

Ou seja, no desenvolvimento defendido por Vargas, impera a relação dual entre coerção e concessão, de modo tal a tratar a questão social também como crucial para o desenvolvimento do país, de forma a não prejudicar suas pretensões, ou melhor, a posição essencial do Estado na ordem capitalista e sua acumulação. Como também sinalizam Iamamoto e Carvalho (2014):

Essa peculiaridade da estrutura corporativa, que aparecerá com maior intensidade a partir de 1945, mas cuja existência se faz notar — pelo menos enquanto projeto — desde 1930, se origina do crescimento do proletariado urbano que lança no quadro político amplo contingente de população. Como foi visto, a pressão desses setores emergentes sobre o Estado, cuja contribuição para a queda do antigo regime não pode ser esquecida, cria uma nova dimensão política, que se traduz na necessidade de absorver e controlar esses novos setores que crescem aceleradamente a partir de sucessivos surtos de industrialização e da consolidação do polo industrial como centro motor da acumulação capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014 p. 249).

Sendo assim, concordante a essa perspectiva de desenvolvimento capitalista proposto, "A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio envolveu a criação das Leis do Trabalho e a regulação estatal da ação sindical, enquadrando a liberdade associativa dos trabalhadores e criando o sindicalismo patronal e de Estado" (PAULA, 2016, p. 196).

Logo, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2014), nesta governabilidade de Vargas, faz-se de extrema importância a inserção das classes emergentes para que se faça valer seu plano de governo — controlando e mobilizando as insurreições contrárias, que ameaçariam o desenvolvimento proposto. Conseqüentemente,

A paz social do Estado pressupõe, assim, o surgimento constante de novas instituições — Seguro Social, Justiça do Trabalho, Salário Mínimo, Assistência Social etc. — que aparecem em conjunturas determinadas como respostas ao desenvolvimento real ou potencial das contradições geradas pelo aprofundamento do modo de produção que atinjam o equilíbrio das relações de força (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014 p. 252).

Assim sendo, as articulações entre a repressão e o consenso que se busca obter por meio de leis trabalhistas compõem um cenário ditatorial estabelecido a partir de 1937, instituindo a ditadura do Estado Novo. Isso, certamente, demonstra a ampliação do “braço repressor com duras ofensivas contra organizações da esquerda comunista” (PAULA, 2016, p. 196).

De inspiração fascista, a Constituição de 1937 centraliza o poder nas mãos do presidente, que suprime partidos, suspende as atividades do parlamento e cerceia a

liberdade de expressão e imprensa com a criação de um departamento estatal voltado à censura. Ainda assim, Vargas manteve o ritmo das reformas econômicas e sociais numa clara demonstração de que o desenvolvimento capitalista só não pode abrir mão do trabalho livre, mas pode fazê-lo com a democracia (PAULA, 2016, p. 197).

Desse modo, após a primeira fase de sua governabilidade, Vargas retorna a sua posição presidencial em 1951, através do voto. Portanto, como afirma Paula (2016):

Ao voltar à presidência pelo voto, Vargas encontrou um país diferente daquele que deixara em 1945. O intervencionismo estatal no campo econômico-financeiro deveria ser redimensionado e isso já era por ele anunciado desde a campanha. O controle da inflação, o desequilíbrio no balanço de pagamentos, que impedia o aumento da capacidade de importação, a redução dos investimentos em infraestrutura, entre outras situações da ocasião, legitimara o nacionalismo econômico que já implementara antes e que agora deveria ser revisitado (PAULA, 2016, p. 197).

Nesse período, é evidente, no seu plano de desenvolvimento econômico, seu investimento no âmbito social, o que “dessa vez, pareceu centrar esforços naquilo que de fato surtirá efeitos imediatos” (PAULA, 2016, p. 198) como:

O ensino técnico-profissionalizante cresceu; o incentivo à contratação de mão de obra mais qualificada também cresceu; os setores serviços e de assistência técnica foram também incentivados; tudo isso foi pensado para interferir nos níveis inflacionários e na redução do custo de vida, sendo, este último um problema recalcitrante nos discursos de Vargas (PAULA, 2016, p.198).

Contudo, a segunda fase varguista foi marcada, também, por uma mudança de projeto econômico, passando do plano inicial do mandato⁸ para um planejamento de combate à inflação daquele período. Nesse viés, vale destacar que, segundo Paula (2016), o salário-mínimo — criado em seu mandato — aumentou quatro vezes, somente em sua gestão, o que, entretanto, seguramente não reduziu de modo eficaz a pressão inflacionária.

Portanto, essa mudança brusca em seu planejamento evidenciou “a ausência de um projeto maior e consistente de desenvolvimento que pressuporia um modelo de Estado e dele o modo como esse Estado estabeleceria sua relação com a sociedade no seu conjunto.” (PAULA, 2016, p. 199, o que, de fato, foi alvo de críticas dos seus opositores.

Ao que concerne ao seu discurso proposto nesse momento, defendia um certo nacionalismo econômico, visando um projeto de autonomia financeira e econômica do país, o

⁸ “o governo getulista precisou intervir vigorosamente no domínio econômico, apresentado em 1951 o Plano Nacional de Reparcelamento Econômico — Plano Lafer, cujos recursos procederiam do Fundo de Reparcelamento Econômico, que seria dirigido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1952 [...] O plano propunha investimento em indústrias básicas, nos setores de transporte, de energia, de frigoríficos e na agricultura, durante cinco anos” (VIEIRA, 1983, p. 32 *apud* PAULA, 2016, p. 198).

que conseqüentemente passou a desagradar os investidores estrangeiros. Entretanto, o que se concretiza materialmente “era sempre o acolhimento do privado e estrangeiro como necessário ao desenvolvimento do público e nacional” (PAULA, 2016, p. 199).

Em suma, o período getulista aqui evidenciado, mesmo que demonstre um investimento nas camadas populares como parte de seu planejamento desenvolvimentista, não descaracteriza sua singularidade, tanto fascista, quanto de traços colonialistas/coronelistas ainda presentes, visto que, como demonstra Paula (2016), sua estrutura jurídico-política ainda incomodava a essa mesma camada.

Logo, a sua “preocupação” com a classe trabalhadora, de certo, denota uma ideia de progresso social, o que “remetia à noção funcionalista de paz ou harmonia social e que pressupõe, para sua realização, um pacto relativamente estável entre classes e frações de classes” (PAULA, 2016, p. 201).

1.1.3 Algumas considerações sobre a gênese do Serviço Social no Brasil

Como sinalizado brevemente nos pontos anteriores, é no contexto do capitalismo monopolista mundial, concomitante às particularidades do capitalismo nacional, juntamente ao contexto sócio-político e econômico do país, que emerge no Brasil, na década de 1930, as protoformas da profissão de Serviço Social.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil e seus desdobramentos junto à classe trabalhadora, tal como em outras partes do globo, impôs necessariamente a implementação de um conjunto de medidas de caráter político-ideológico para além da substituição do modelo econômico, como aludido anteriormente. A produção industrial e seus desdobramentos objetivos e subjetivos sobre a classe trabalhadora, bem como a sua correlata necessidade de consumo, exigiram, dessa forma, uma nova postura política e ideológica por parte do Estado brasileiro e suas elites (ORTIZ, 2007, p. 123).

Desse modo, é a partir da reorganização do Estado, enquanto gestor da questão social latente no período, que se demanda um perfil profissional que atue no cerne da contradição entre capital e trabalho e que execute ações de enfrentamento das expressões da questão social. Como demonstra Ortiz (2007):

Com efeito, no Brasil dos anos 30 e 40, observa-se exatamente esta tendência em curso – a refuncionalização do Estado e, por conseguinte, o enfrentamento da “questão social” mediante a criação de um conjunto de leis sociais (vide a criação da CLT em 1942) e de instituições sócio-assistenciais capazes de ocultar as contradições do capitalismo, com o máximo de adesão e o mínimo de coerção. Para tanto, era necessária a criação de um Estado forte, capaz de conduzir o desenvolvimento e

consolidação do capitalismo no Brasil, bem como de afastar qualquer ameaça política e ideológica de caráter socialista (ORTIZ, 2007, p. 142).

Outrossim, devido às diversas movimentações operárias presentes no período em questão, a partir das contradições postas, demandou-se uma estratégia não somente objetiva por parte do Estado. Isto é, demanda-se uma simultaneidade de efetivação das ações e um aparato ideológico que as justifiquem, sustentando o pacto entre o Estado e a classe dominante. Assim, caberia a ele “eliminar ou coibir os excessos do capitalismo de um lado; e de outro, criar programas voltados para a integração e a harmonia das classes” (ORTIZ, 2007, p. 142).

Dessa maneira, para conformar um projeto comum e restabelecer uma hegemonia ideológica perdida mundialmente⁹, a Igreja Católica

[...] será chamada a desempenhar um importante papel nos momentos mais críticos para a estabilidade do novo regime e com ele disputará arduamente a delimitação das áreas de competências de controle social e ideológico. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 165).

Ou seja, a Igreja Católica passa a assumir a responsabilidade de reordenamento da sociedade civil, juntamente ao Estado, de forma a garantir ideologicamente os interesses capitalistas, tendo em vista também sua busca de beneficiação e ascensão dentro da nova ordem. Sendo assim, como reitera Ortiz (2007, p. 153), “para manter a paz e o progresso, deveria o Estado, além de encampar a responsabilidade pelo tratamento das sequelas sociais, aliar-se à Igreja Católica, tendo nesta, suas referências filosóficas e sociais.”

Para tanto, em 1932, interligada à Igreja Católica, é criada a primeira instituição assistencial de cunho interventor na realidade social, no Brasil, sendo essa o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), tendo como objetivo:

⁹ “A análise clássica de Gramsci aponta para o fato de que, após a Contrarreforma, os Estados nacionais europeus são forçados a conceder aos movimentos políticos e ideológicos burgueses uma parcela substancial do anterior monopólio ideológico mantido pela Igreja. A religião católica perde sua ampla hegemonia enquanto concepção de mundo das classes dominantes — que se reflete, entre outras, no decréscimo de sua importância na filosofia, no movimento intelectual em geral, no controle dos movimentos sociais — e na Sociedade Civil, vindo evadir-se ou sendo expulsa de uma série de setores até então sob seu domínio quase absoluto. De concepção global de do mundo, reduz-se progressivamente à ideologia de setores subalternos, tornando-se uma casta de intelectuais tradicionais. Ante a desagregação da Sociedade Civil tradicional e ao declínio de sua influência — ante a “ultrapassagem a concepção religiosa do mundo” — a Igreja Católica deverá reagir, reagrupando suas forças, visando à conquista de suas antigas prerrogativas e privilégios, tanto práticos como ideológicos. Essa reação terá por base, por meio de métodos organizativos e disciplinares, a constituição de poderosas organizações de massa — “verdadeiro partido da Igreja” — visando ao controle e enquadramento da população católica. A partir da aglutinação de suas forças, da concentração de suas fileiras, pretende a hierarquia resistir ao assalto da reforma protestante e laica e, pelo cerco ao Estado Liberal, restabelecer, por meio da estratégia de domínio indireto, sua antiga hegemonia” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 150).

[...] promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais’, visando ‘tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais’ e ‘adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social (CARVALHO, 1986, p. 173 *apud* ORTIZ, 2007, p. 161).

Assim, como apontam Iamamoto e Carvalho (2014, p. 178), tem-se como origem oficial do CEAS o “Curso Intensivo de Formação Social para Moças”, sendo um curso de formação para mulheres da alta sociedade, o qual teve como principal convidada — vinda da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas – Mlle. Adèle Loneaux.

Dessa forma, como bem elucida Paula (2014) sobre a gênese do Serviço Social:

Nesse contexto, sob a influência da doutrina social da Igreja Católica, a profissão começa a se desenhar pautada em uma formação essencialmente moral e técnica. Segundo Santos (2002), esses dois elementos – a moral e a técnica – encontravam-se calcadas na filosofia aristotélico-tomista, de base humanista-cristã (PAULA, 2014, p. 224).

Contudo, acrescidas a esse momento, as primeiras iniciativas sociais nessa perspectiva e organizadas pelo CEAS serão direcionadas à classe operária. Sendo assim, com a criação dos Centros Operários¹⁰ e a especialização adquirida pelas suas componentes¹¹, as atividades seguintes terão direcionamento para a “*formação técnica especializada*” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 183). Assim, com o desenvolvimento dessas atividades, serão “promovidos diversos cursos de filosofia, moral, legislação do trabalho, doutrina social, enfermagem de emergência etc.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 184).

Logo, como afirma Paula (2014, p. 225):

A conjuntura sócio-política e econômica desse momento histórico exigia do Estado a criação de mecanismos de socialização do proletariado. Demandava a criação de instituições que pudessem não apenas treinar e qualificar a mão de obra operária para o trabalho fabril, mas, especialmente, moldar física e psicologicamente esses trabalhadores às normas e rotinas industriais. Pois, segundo Iamamoto e Carvalho (2003, p. 136), as necessidades industriais chocavam-se com o despreparo da força de trabalho disponível, “do homem comum” recrutado para as atividades industriais.

¹⁰ A criação dos Centros Operários, fez parte da criação do CEAS, visto que, pelo seu caráter ideológico previa ações juntamente ao proletariado, de modo a distanciá-los de qualquer influência subversiva. Portanto, tem sua criação oficialmente em 1932 com 4 Centros Operários, a partir de reuniões de planejamento de sua construção. Desse modo, como sinaliza Relatório do CEAS (1932-1934) *apud* Iamamoto e Carvalho (2003, p. 181) “por meio de aulas de tricô e trabalhos manuais, conferências, conselhos sobre higiene etc., procuraram interessar e atrair as operárias e entrar assim em contato com as classes trabalhadoras, estudar-lhes o ambiente e necessidades.”. Além disso, ainda reitera, que “São Centros de educação familiar, onde se procura estimular nas jovens operárias o amor ao lar e prepará-las para o cumprimento de seus deveres nessa missão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 183).

¹¹ “Ainda em 1932 duas de suas fundadoras viajam para a Europa para estudar a organização e ensino do Serviço Social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 183).

Tal cenário, indubitavelmente, colocará diante à profissão uma demanda para atuar juntamente à classe operária e suas famílias. Direcionando a categoria "à missão de elevar o proletariado a um padrão ético-moral, a uma racionalidade de comportamento ajustada à interiorização da ordem capitalista industrial" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 138 *apud* PAULA, 2014, p. 225).

Em virtude desse processo, das primeiras iniciativas do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) e da hierarquia, tem-se a fundação, em 1936, do primeiro curso de Serviço Social — Escola de Serviço Social de São Paulo —, no país. Posteriormente, no ano de 1937, ocorre a fundação da Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro.

Entretanto, cabe ressaltar que a existência e criação das Escolas, devido a sua vinculação e aspecto doutrinário como base de sua formação, demonstra – como aponta Iamamoto e Carvalho (2003) *apud* Paula (2014, p. 226) – “grandes carências em seus aspectos técnico e científico. Seus programas escolares não possuíam objetividade e coerência, sendo a maior parte das disciplinas sustentadas em conteúdos doutrinários”.

Pouco depois, em 1940, tem-se as primeiras aberturas dentro da estrutura estatal para a atuação profissional em Serviço Social, logo, modificando “a inserção das assistentes sociais no mercado de trabalho, provocando um processo de institucionalização da profissão” (PAULA, 2014, p. 226). Portanto,

Essas profissionais passaram a atuar, prioritariamente, na execução das políticas sociais do Estado e também na esfera empresarial. Tais alterações articulam-se ao impulso oferecido pelo governo à industrialização e ao agravamento das expressões da questão social, fazendo-se necessário uma atuação mais efetiva por parte do Estado e das classes dominantes para legitimarem-se (PAULA, 2014, p. 226).

Ao que se refere à demanda de assistentes sociais atuando em instituições estatais, percebe-se uma atuação em espaços sócio-ocupacionais criados para o controle da classe trabalhadora e de sua profissionalização — como sinalizado no ponto anterior de análise das ações do período getulista. Como afirma Iamamoto e Carvalho (2014):

As grandes instituições sociais implantadas posteriormente à criação das Escolas de Serviço Social, e cujo surgimento se liga mais diretamente ao aprofundamento das contradições desencadeadas a partir da Segunda Guerra Mundial e à crise política e social que precede a desagregação do Estado Novo, aproveitarão de forma mais generalizada e imediata a existência desse tipo de trabalhador especializado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 257).

Desse modo, destaca-se a criação e a atuação da profissão de Serviço Social no sistema “S” — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) —, como demonstração desse processo de institucionalização profissional adentrado à perspectiva de qualificação da força de trabalho “voltada para a reforma moral dos trabalhadores e sua plena integração social na nova dinâmica sócio histórica capitalista que se consolidava em nosso país, em meio aos avanços da industrialização” (PAULA, 2014, p. 230).

De certo, a inserção das Assistentes Sociais — que anteriormente recebiam uma formação com aparato teórico e técnico fragilizado, somente com perspectiva caritativa e doutrinária, — no âmbito institucional passa a pressionar uma atuação com maior tecnicidade e conhecimento específico.

E assim,

de maneira mais sistematizada, as primeiras ações no campo da assistência social, o Serviço Social se apresenta como a atividade profissional capaz de preparar e oferecer, às instituições públicas e privadas, agentes qualificados para o trato das expressões da questão social. Com isso, estamos sinalizando que o público-alvo do Serviço Social passou a se constituir, essencialmente, pela classe trabalhadora (PAULA, 2014, p. 226).

No entanto, segundo a referida autora, o grupo improdutivo — crianças, idosos, viúvas, entre outros — continuava sendo alvo de atividades caritativas da Igreja Católica. Ao que concerne às ações do Serviço Social, eram direcionadas aos trabalhadores e suas famílias, visto que poderia, em algum nível, ameaçar a ordem vigente através de ações subversivas. Isso, claramente, entrelaçado a um Estado “corporativista que precisava assegurar a sua legitimidade em meio ao período ditatorial capitaneado por Getúlio Vargas” (PAULA, 2014, p. 227).

Ao que diz respeito a esse período de institucionalização da profissão, constata-se uma aproximação de abordagens norte-americanas, que elevavam a perspectiva individualista das situações vivenciadas pelo público-alvo. Desse modo, destaca-se a perspectiva funcionalista e de uma aproximação com a psicologia, assim norteando o que se conhece enquanto “Serviço Social de Caso”.

Este era voltado para o estudo, diagnóstico, avaliação e tratamento, a partir da investigação de fatores internos – referentes ao comportamento dos indivíduos – e externos – relativos ao ambiente em que viviam os indivíduos –, para, a partir dessa reunião de dados e impressões, produzir um diagnóstico sobre a situação psicossocial do “cliente” e viabilizar o seu tratamento (PAULA, 2014, p. 227).

Outra perspectiva presente nesse período, com fins terapêuticos e psicossociais, partindo-se de uma concepção de “ajustar” os problemas individuais a partir de uma socialização grupal, foi o “Serviço Social de Grupo”.

A função do assistente social de grupo consiste em prestar ajuda ou possibilitar função: significa que a sua meta é ajudar os membros do grupo e o grupo como um todo a se movimentarem para maior independência e capacidade de auto-ajuda (KONOPKA, 1979, p. 186 *apud* PAULA, 2014, p. 227).

Sendo assim, o pensamento funcionalista e positivista evocado por essa abordagem do Serviço Social, segundo Santos (2022, p. 26) *apud* Paula (2014, p. 229-230), “fortalece no Serviço Social uma ênfase nas atividades técnicas de viés instrumental, pautadas na racionalidade formal abstrata.”.

Certamente, as perspectivas contidas na atuação profissional dos assistentes sociais desse período, como assinala Paula (2014), são fundamentadas em “uma pedagogia da “ajuda”¹² como idealização das práticas assistenciais cujo objetivo era manter encobertas as determinações econômicas, políticas e ideológicas de tais práticas no processo de reprodução dos trabalhadores (PAULA, 2014, p. 229).

Dessa maneira, inseridas essas práticas no contexto sócio-histórico retratado, ao levar em consideração a recente inserção da categoria em instituições no âmbito público,

a demanda que se apresentava para a profissão estava voltada para a reforma moral dos trabalhadores e sua plena integração social na nova dinâmica sócio histórica capitalista que se consolidava em nosso país, em meio aos avanços da industrialização (PAULA, 2014, p. 230).

Logo, para atuar consoante à realidade brasileira a partir de um aporte teórico norte-americano, “o cerne da atuação desenvolvida pelos assistentes sociais pautava-se em uma assistência social individualizada de cunho moralizador/reformador” (PAULA, 2014, p. 230).

Sendo assim, com o surgimento do Serviço Social no Brasil e sua relação com o Estado, nos anos que se seguiram, a profissão modificou-se paulatinamente buscando se adaptar às demandas institucionais públicas, bem como, frente à realidade social que se conformava.

¹²“ Cabe à pedagogia da “ajuda”, inerente às práticas assistenciais, a própria fetichização destas práticas. Isto quer dizer que a pedagogia da “ajuda” apresenta-se como expressão da “assistência educativa”, contribuindo para dissimular processos e mecanismos autoritários direcionados para uma ressocialização – conformadora da cultura dominante” (ABREU, 2002, p. 224 *apud* PAULA, 2014, p. 229).

Dessa maneira, os subcapítulos seguintes evidenciam o contexto político-econômico e sócio-histórico que levaram às mudanças na concepção do Serviço Social brasileiro.

1.2 IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA, PERSPECTIVA DO GOVERNO DE JUSCELINO KUBITSCHKE E O SERVIÇO SOCIAL

Ao seguir as transformações político-econômicas do capitalismo no país, será a partir do Governo de Juscelino Kubitschek e através da ideologia desenvolvimentista que surgirão alguns sinais e bases para o surgimento do Desenvolvimento de Comunidade. Desse modo, neste subcapítulo pretende-se evidenciar algumas características essenciais para compreender o DC e sua associação com o Serviço Social.

1.2.1 Apontamentos sobre o contexto político-econômico do Governo de Juscelino Kubitschek

Aquelas foram horas de euforia do crescimento. Brasília nascia, brotada de uma galera mágica, no meio do deserto, onde os índios não conheciam nem mesmo a existência da roda; abriam-se estradas; construíam-se grandes represas; das fábricas de automóveis surgia um carro novo a cada dois minutos. A indústria crescia em ritmo acelerado. Eram abertas portas, de par em par, aos investimentos estrangeiros, aplaudia-se a invasão de dólares, sentia-se a vibração do dinamismo progresso. As cédulas circulavam com a tinta ainda fresca: o salto adiante era financiado pela inflação e por uma pesada dívida externa que seria descarregada, angustiante herança de câmbio, sobre os governos seguintes (GALEANO, 2019, p.286).

Entre os anos de 1956 a 1961, com a posse de Juscelino Kubitschek (JK), dá-se rumo a uma nova fase de industrialização e desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Sendo assim, é importante demarcar que “[...] as condições históricas em que assumiu o governo brasileiro estavam pautadas em um legado que lhe permitiu avançar nas estratégias de desenvolvimento” (PAULA, 2016, p. 201). Como demonstra Paula (2016, p. 201), algumas das medidas tomadas ainda no governo varguista, relacionadas à industrialização, permitiram o favorecimento do desenvolvimento com base industrial.

Para tanto, Kubitschek defendia a “importância do planejamento estatal” como essencial para formular as transformações necessárias para conformar o projeto de desenvolvimento planejado de expansão das forças produtivas, como demonstra Ianni (1989) apud Paula (2016).

Sendo assim, os órgãos governamentais, como o “[...] Plano Salte, o Programa de Metas, o Plano Trienal, a Petrobras, o Banco do Nordeste, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e, ainda, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste” (IANNI, 1989, p. 19-20 apud PAULA, 2016, p. 202), criados ainda no governo varguista, têm um novo

direcionamento em JK, visto que “é apenas com a planificação do desenvolvimento [...] que suas funções como agentes concertadores do capital desenvolvimentista (público e privado) se tornam efusivamente evidentes” (PAULA, 2016, p. 202).

Portanto, a perspectiva adotada pelo governo de Juscelino encontra apoio também dentro do capitalismo internacional, principalmente ao que indica a relação entre Brasil e Estados Unidos, já que o cenário que se estabelece e a aliança “tática e estratégica” entre as duas federações reafirmam a “[...] difusão ideológica da industrialização, como passaporte único ao desenvolvimento e à contemporaneidade” (PAULA, 2016, p. 203).

Desse modo, com o estabelecimento do Plano de Metas de JK, vê-se um crescimento na industrialização acelerada no período. Como principais pontos do plano tem-se:

- i. investimentos estatais em infra-estrutura, com destaque para os setores de transporte e energia elétrica. No que diz respeito aos transportes, cabe destacar a mudança de prioridades, que, até o governo Vargas, centrava-se no setor ferroviário, e passou para o rodoviário, que estava em consonância com o objetivo de introduzir o setor automobilístico no país;
- ii. estímulo ao aumento da produção de bens intermediários, como o aço, o carvão, o cimento, o zinco etc., que foram objeto de planos específicos;
- iii. incentivos à introdução dos setores de consumo duráveis e de capital (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2012, p. 365-366).

Além disso, alguns instrumentos foram utilizados para alcançar as metas demarcadas no plano, como:

investimentos das empresas estatais o crédito com juros baixos (ou mesmo negativos) e a carência longa por meio do Banco do Brasil e do BNDE, uma política de reserva de mercado e a concessão de avais para a obtenção de empréstimos externos. Os incentivos dados ao capital estrangeiro iam desde a Instrução n2 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), que permitia o investimento estrangeiro direto sem cobertura cambial, até isenções fiscais e garantias de mercado (protecionismo para os novos setores) que atraíram muitas multinacionais para o país (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2012, p. 366).

Desse modo, considerando os instrumentos utilizados pelo governo juscelinista demarcado acima pelos referidos autores, conformam-se dois destaques nesse processo – o incentivo à produção de automóveis e a recente criação do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O que concerne ao incentivo do setor automobilístico, JK cria o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (Geia). Sendo assim,

O boom da indústria de automóvel ampliou, sobretudo, na região do ABC paulista (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano), o operariado industrial, acelerando a urbanização, como também difundiu o mito do transporte particular em detrimento dos investimentos em transporte público para as massas. Ainda sim o

trabalho nessas indústrias representava, para a população, oportunidade de sobreviver em melhores condições de bem-estar (PAULA, 2016, p. 205).

Além disso, o que se ressalta no segundo ponto — não menos importante — é a relação entre o capital nacional e capital estrangeiro, estabelecido com maior intensidade após a criação do FMI. Como afirma Paula (2016, p. 205), o fundo “foi criado em 1946, como uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de promover cooperação monetária internacional”.

Desse modo, essa relação estreitada entre Estados Unidos e Brasil nesse primeiro momento do governo permitiu a concessão de créditos ao país, que viriam a ser essenciais para conformar os planos traçados pelo desenvolvimentismo juscelinista.

Logo, a partir das decisões tomadas por esse governo, com seu direcionamento econômico, marcado, principalmente, pelo investimento em capital estrangeiro e subsídio para empresas internacionais no território brasileiro,

A eleição de JK à presidência foi saudada com vigor pelo governo norte-americano, que via em sua recorrente apologia à planificação da economia brasileira, num sentido liberal, oportunidades tanto para a ampliação de mercado consumidor como para a instituição de vantagens fiscais e tributárias na importação de *commodities* (PAULA, 2016, p. 204).

Em suma, o período dos “50 anos em 5” de Juscelino e seu planejamento econômico focado no capital estrangeiro foram demarcados fortemente pela preocupação social reduzida. Como ressalta Paula (2016, p. 204) “a única preocupação social no planejamento estatal era com uma residual qualificação de trabalhadores para atuar na indústria, o que foi chamado de estrutura educacional.”. Tal investimento no âmbito social ocorreu uma vez que a

Sociabilidade e acesso à satisfação de necessidades de sobrevivência, por mais fundamentais que fossem, eram em decorrência pura e simples do desenvolvimento industrial e econômico pautados pelo aumento da produtividade. Os investimentos que se fizeram no campo da habitação popular, de previdência social, de saúde e da educação se voltavam para os objetivos claros de manutenção e reposição da força de trabalho, portanto, com foco nos trabalhadores produtivos e suas famílias (PAULA, 2016, p. 204).

Em suma, a estrutura aqui evidenciada nesse contexto político-econômico pauta-se no desenvolvimento das forças produtivas e de infraestrutura, associado ao capital estrangeiro. O seu foco aparenta estar intensamente mais direcionado ao tecnicismo e à qualificação do operariado do que à desenvoltura estatal de criação de políticas sociais, diferentemente do que percebido em Vargas.

Logo, o desenvolvimento do capitalismo nacional presente nesse período trará exigências modificadas às camadas de profissionais que têm como seu objeto as expressões da “questão social”.

1.2.2 A Ideologia Desenvolvimentista e o surgimento do Desenvolvimento de Comunidade

[...] nos marcos da estratégia expansionista do capitalismo monopolista – especialmente sob a hegemonia do imperialismo norte-americano – forjam-se novos objetivos para o Serviço Social. Agora, mais do que conter os descontentamentos dos trabalhadores por meio da reforma moral e da reintegração social, fazia-se necessário estimular, na classe trabalhadora, a sua adesão à política desenvolvimentista (PAULA, 2014, p. 235).

É certo que a Ideologia Desenvolvimentista, gerada após o final da Segunda Guerra Mundial, ganha força na luta travada entre as duas potências — Estados Unidos e Rússia —, pelas quais, “[...]deflagram a chamada ‘guerra fria’ pela conquista do primado político, econômico e ideológico de um mundo supostamente bipolarizado” (AMMANN, 2003, p. 29).

Assim, como afirma Ammann (2003), a expansão do bloco socialista nos países asiáticos demonstrou para os países capitalistas uma constante ameaça, visto que houve uma perda de suas colônias.

Sendo assim, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), passa a ser de seu cunho ideológico “desfraldar a bandeira da social-democracia e a buscar estratégias capazes de garantir a ordem social e de preservar o “mundo livre” dos regimes e ideologias consagradas como não democráticas” (AMMANN, 2003, p. 29).

Portanto, a ascensão e influência dos Estados Unidos terá sua maior expressão na segunda metade da década de 1940, com seu triunfo que permitiu

organizar sua hegemonia a nível mundial após a Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional (São Francisco, 1945) e dar um passo decisivo para o seu domínio continental com a celebração, no Rio de Janeiro (1947), no Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca (TIAR), com o qual se assentaram as bases militares do pan-americanismo “monroísta” — em si mesmo, o suporte estratégico requerido para a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA)¹³, consubstanciada na assinatura da Carta de Bogotá (1948), no decurso da IX Conferência Internacional dos Estados Americanos (CASTRO, 2011, p. 133).

¹³ “De 1890, data em que foi criada, até 1910, a OEA chamava-se União Internacional das Repúblicas Americanas. A partir de 1910, passou a se chamar União Pan-Americana, vindo finalmente a assumir seu atual nome em 1948. A OEA é o principal fórum multilateral dos países latino-americanos. Dentro de sua estrutura, os países-membros possuem representantes e constantemente reúnem-se para discutir questões relacionadas à saúde, educação, segurança, direitos humanos, etc. no continente” (SILVA, 2008, p.73).

Ainda segundo Castro (2011), será a partir da criação da OEA que os EUA se utilizaram de seu “caráter jurídico multinacional” (CASTRO, 2011, p. 134) para direcionar e aprofundar seu domínio no continente americano — mais especificamente sobre os países latino-americanos.

Desse modo, o argumento ideológico que se estabeleceu a partir da criação dessa organização norte-americanas foi que

a pobreza é um entrave e uma ameaça tanto para essas populações (pobres) como para as áreas mais prósperas; de que na atual luta ideológica os povos famintos têm mais receptividade para a propaganda comunista internacional do que as nações prósperas; de que o esforço de ajudar os povos a alcançarem um nível de vida mais sadio e mais economicamente produtivo eliminaria os focos de comunismo em potencial; de que a melhoria das condições sociais e econômicas em qualquer parte do mundo livre redundaria em benefício dos Estados Unidos (BEATTY, 1965, p.160 *apud* AMMANN, 2003, p. 29-30).

Para conformar o plano estratégico, a OEA resgata e reorganiza os departamentos técnicos — antes definidos pela União Pan-Americana (UPA), fundada em 1910 — “Assuntos Econômicos, Assuntos Sociais, Estatística, Cooperação Técnico, Assuntos Culturais, Assuntos Educacionais, Assuntos Científicos, Assuntos Jurídicos, e Informação Públicas.” (CASTRO, 2011, p. 134). É a partir disso, como afirma Castro (2011), que a Seção de Serviço Social será organizada dentro do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, e assim foi

[...] através da qual a OEA desenvolveu diretamente a sua influência na formação e na prática dos assistentes sociais latino-americanos, viabilizando ideológica, política e economicamente a proposta norte-americana do desenvolvimento da comunidade como técnica e como campo de intervenção (CASTRO, 2011, p. 134).

Logo, a partir da articulação entre entes subordinados à ONU (como a UNICEF), e especificamente o Serviço Social através da União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS), a OEA passa a influenciar na formação de assistentes sociais, tanto no campo da habitação — a partir da criação do Centro Inter-Americano de Habitação —, como também no desenvolvimento da comunidade.

Contudo, como afirma Castro (2011), a busca por estratégias políticas, culturais e administrativas a partir da inserção de profissionais que executem o planejamento ao desenvolvimento da comunidade não parece aleatória, mas sim propícia “para integrar e dinamizar o desenvolvimento do capitalismo e o mercado latino-americano sob a sua hegemonia financeira” (IBID, p. 135).

Para isso, era necessário interferir na formação técnica, possibilitando a formação de “profissionais mais funcionais ao sistema” (CASTRO, 2011, p. 135). Todavia,

[...] existiam apenas poucas profissões aptas para se adequarem a estas novas demandas. E isto entre aquelas de maior prestígio — a medicina, a advocacia, a arquitetura —, mas também entre aquelas que tendiam a se alocar nos escalões médios ou inferiores da administração pública — a Pedagogia e o Serviço Social (CASTRO, 2011, p. 135).

Entretanto, diferentemente do que aparenta, o Desenvolvimento de Comunidade como estratégia não é gestado nas entranhas norte-americanas. Anteriormente a esse período, a Inglaterra se utilizava desse procedimento para manter sua dominação colonial sobre os países asiáticos e africanos, incidindo em seus campos educacionais — na capacitação da força de trabalho e cultural.

Como aponta Castro (2011) sobre a experiência inglesa, para conter movimentações e tendências emancipatórias, e principalmente reafirmar sua dominação,

[...] era necessário — como estava inscrito no desenvolvimento de comunidade — incidir sobre o desenvolvimento desigual não para suprimir as desigualdades nacionais, mas para que a combinação entre tais desigualdades (nacionais e regionais) permanecesse favorável às metrópoles imperialistas nas suas sucessivas fases de expansão e crise (CASTRO, 2011, p. 137).

Em vista disso, ao que concerne à semelhança entre as duas experiências — inglesa e norte-americana — percebe-se um fator ideológico e técnico-metodológico como demonstra Bonfiglio (1982) *apud* Castro (2011). Ao que se direciona ao primeiro fator, afirma que

[...] estas formas de intervenção consistiam em considerar os problemas sociais (de integração ou modernização) como passíveis de tratamento a nível de cada ‘comunidade’, enquanto núcleos básicos ou células da sociedade. (...)Esta concepção..., relacionada com o pragmatismo inglês e com a corrente predominante na sociologia norte-americana, o estrutural-funcionalismo..., é, no fundo, a concepção liberal neocapitalista da sociedade e da economia (BONFIGLIO, 1982 *apud* CASTRO, 2011, p. 139).

Quanto à perspectiva técnico-metodológica, como sinaliza Bonfiglio (1982) *apud* Castro (2011), há certamente uma diversidade de técnicas da sociologia aplicada como psicologia social, método de grupo do Serviço Social, antropologia e técnicas de educação e alfabetização.

Portanto, a construção de uma perspectiva semelhante ao Serviço Social de Caso e Grupo define-se a partir de um conceito funcionalista, visto que para conformar-se juntamente

aos preceitos de desenvolvimento do capitalismo nos países latino-americanos é necessário que se trabalhe com as comunidades, sua organização conjunta para que ajude “as pessoas da comunidade a descobrirem seus problema comuns [...] e” também “a fazer algo para superar esses problemas” (SWARTZ, 1968, p. 3 *apud* CASTRO, 2011, p. 142).

Dessa forma, como aponta Castro (2011), essa perspectiva atinge uma concepção funcionalista, ao compreender que a questão social pode ser reduzida a um mero problema técnico, podendo-se, assim, construir uma alternativa — “uma fórmula” — que a minimize.

Logo, o planejamento de conformar os países latino-americanos aos interesses internacionais conta com um aparato estratégico e ideológico, culminando na fomentação do Desenvolvimento de Comunidade para efetivar tal projeto.

CAPÍTULO II - O DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE E O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E A APROXIMAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL

Neste segundo capítulo propõe-se aprofundar o surgimento do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, perpassando pelas bases teóricas que a influenciam, assim como evidenciar algumas experiências relacionando-as com o Serviço Social. Além disso, perceber como essa trajetória sinalizou caminhos para uma reflexão crítica na profissão.

2.1. Experiências de Desenvolvimento de Comunidade no Brasil

O Desenvolvimento de Comunidade no país contou com a influência norte-americana para seu desempenho, como foi sinalizado no capítulo anterior, mas também com o investimento governamental brasileiro alinhado a essa premissa. Dessa forma, ao que concerne a esta prática, pretende-se evidenciar como ocorreram algumas dessas experiências no país e como se estruturaram, principalmente demarcando o contexto nacional que se insere.

2.1.1. O Desenvolvimento de Comunidade e os primeiros intelectuais brasileiros

O uso de referenciais estrangeiros nos estudos do Desenvolvimento de Comunidade prevaleceu até início da década de 1950, quando ocorreu o surgimento de intelectuais brasileiros

desta prática. Tal acontecimento foi fundamental para servir de estruturação e difusão do DC no país, visto que, como ressalta Ammann (2003), toda a produção desenvolvida até 1951 sobre o DC foi importada dos Estados Unidos.

Portanto, em 1952, através da experiência de Itaperuna¹⁴, foi construída a primeira obra de maior importância na área, tendo como responsável o Ministério da Agricultura. Essa produção teve repercussão em todo o país e serviu como norteador para o Serviço Social Rural e também para as Missões Rurais da Campanha Nacional de Educação Rural.

Como segunda obra de maior relevância, tem-se em 1957 o trabalho de José Arthur Rios, que enfatiza a Organização Social da Comunidade e a participação popular como essenciais para o planejamento democrático.

Por fim, destaca-se a terceira obra, o livro de Balbina Ottoni Vieira, publicado pelo Serviço Social do Comércio (SESC), que abarca “[...] sugestões metodológicas da Missão Rural de Itaperuna, guarda traços nítidos da Organização de Comunidade (que caracterizam os trabalhos durante os anos 40)” (AMMANN, 2003, p. 38).

De acordo com as análises teóricas realizadas por Ammann (2003) — sobre essas três obras — percebe-se algumas características fundamentais.

Ao que concerne à obra do Ministério da Agricultura sobre a experiência de Itaperuna, um dos objetivos apontados na Missão Rural é a participação da população através da “[...] preparação psicológica do ambiente para que haja participação dos elementos do meio nas atividades que visem melhores condições de vida na comunidade” (BRASIL, 1952, p. 188 *apud* AMMANN, 2003, p. 44). Ainda, tem-se como técnica desenvolvida para alcançar os objetivos expostos a “[...] entrosagem da iniciativa oficial com a dos particulares na criação de novos recursos (...) para que o desenvolvimento da comunidade decorra da participação de todas as suas forças” (BRASIL, 1952, p. 160 *apud* AMMANN, 2003, p. 44).

Ademais, o conteúdo e os objetivos de Itaperuna demonstram seu caráter positivista em sua estratégia, como a centralidade do tripé do indivíduo, família e comunidade, tendo assim, principalmente, a família como modelo de “excelência” e a sua importância na vida da comunidade. De tal modo, esse agrupamento

Na qualidade de instituição de controle e de manutenção da ordem ela é apresentada como símbolo da hierarquia, da obediência e da autoridade que devem reger a

¹⁴ “A experiência de Itaperuna deriva remotamente de recomendações do Governo Americano, quando do Acordo com o Brasil para a educação rural. A mais, proximamente, do Seminário Interamericano de Educação de Adultos, patrocinado pelo Governo brasileiro/Unesco/União Pan-americana. Durante aquele Seminário do Ministério da Agricultura recebe incumbência de organizar um ensaio de educação base através do método de Organização de Comunidade a ser aplicado por uma Missão Rural de Educação” (AMMANN, 2003, p. 38).

sociedade. Como no positivismo, a mulher desempenha o papel de guardiã da moral e representa o símbolo de veneração enquanto mãe, devoção, enquanto esposa e benevolência, enquanto filha. Donde o Desenvolvimento de Comunidade naquela época privilegiar a educação da mulher, quer orientando-a diretamente no lar, através das visitas domiciliares, quer na organização de grupos de jovens, de donas de casa, de gestantes, de nutrizes etc. (AMMANN, 2003, p. 41).

Por conseguinte, a visão de participação associada às matrizes positivistas elenca a individualização da participação política. Ou seja, a partir da participação comunitária e integração entre seus participantes que se prioriza suas dificuldades locais, baseando-se na solidariedade, nos “interesses comuns” e na cooperação, a fim de alcançar a manutenção da ordem. Ao final, o objetivo almejado é de atingir a manutenção da ordem social.

Sobre a segunda obra — de José Arthur Rios — observa-se pouca diferenciação exacerbada das outras duas obras. Entretanto, apresenta-se como um conteúdo notadamente funcionalista e baseado na sociologia norte-americana, a qual apresenta o conceito de integração como essencial para pensar a comunidade.

Esta concepção de Rios, como afirmam tanto Ammann (2003) como Guilherme (2012), se apoia no pensamento de Parsons — autor estrutural-funcionalista¹⁵ — o qual se baseia na idealização da integração e estabilidade social. Como afirma Guilherme (2012, p. 137):

Pode-se considerar que a manutenção de padrões, a integração e a adaptação são categorias-chave de análise do estrutural-funcionalismo. Seu postulado básico é o sistema geral da ação, que se subdivide em quatro subsistemas – biológico, psíquico, social e cultural. Os três primeiros subsistemas referem-se à interação entre os atores. Já o subsistema cultural está relacionado às normas, aos valores e à ideologia. Contudo, o grande objeto de estudo de Parsons é a estrutura social ou, ainda, a sociedade como a ciência das instituições. De fato, a origem da estrutura está no processo de institucionalização que visa congregar, integrar, e, sobretudo, evitar a ocorrência da debilitação social.

Dessa forma, o autor diferencia três conceitos de comunidade entre si: a imatura, a desintegrada e a integrada, sendo o último conceito como o ideal a ser alcançado e bem-sucedido no sentido da cooperação plena,

[...] onde se registram características, tais como: alto grau de sociabilidade e civismo sistema avançados de agricultura e indústria; elevados padrões de vida e educação; grupo familiar forte; coexistência pacífica das religiões e das classes sociais, "não

¹⁵ “O estrutural-funcionalismo, para Pereira, “não nega o conflito, porém compreende-o na perspectiva da coesão social”. Ao admitir que uma parte pode mudar o todo, sua tese se apoia no ajuste, na correspondência, no equilíbrio e na integração (2001, p.84). Dessa forma, o sistema mantém o equilíbrio por meio da estabilidade normativa, pela integração dos objetivos a serem alcançados e pela adaptação destes ao sistema. Sobretudo, enfatiza a face funcional e estrutural, proporcionando a vigência das instituições que exercem funções adaptativas e integrativas.” (GUILHERME, 2012, p. 136)

havendo distinção social entre o proprietário, o gerente, mão-de-obra” (RIOS, 1957, p. 148); grande estabilidade social contribuindo “para um mínimo de problemas sociais, crime, prostituição, miséria. êxodo” (Idem); “as agências de serviços sociais trabalham coordenada e eficientemente atalhando os focos de possíveis problemas e colaborando estreitamente com as autoridades na sua solução”(Idem); “a liderança se acha bastante disseminada, não monopolizada por grupos ou classes” (Idem) (AMMAN, 2003, p. 42).

Ademais, seu trabalho tem uma perspectiva de participação social semelhante ao de Itaperuna, uma vez que sua perspectiva não compreende esta instância como ampliada da instância local, e sim a partir de uma visão fragmentada e isolada dos processos de decisão do país, o que também demonstra o seu conteúdo de base funcionalista.

Dessa forma, para o autor a educação comunitária deve trilhar o caminho de pensar de forma resolutiva seus problemas técnicos e humanos, e, assim, estabelecer a paz social e conquistar o bem comum. E para isto ocorrer, uma de suas estratégias é o controle social através das instituições que são responsáveis pela conduta dos sujeitos, que são necessárias para “[...] combater a ‘ideologias indesejáveis’ como o comunismo” (AMMANN, 2003, p. 44).

Por fim, a terceira intelectual apresentada, a autora Balbina Ottoni Vieira, concebe o conceito de comunidade como “um conjunto residencial, um povoado, uma vila, um bairro, uma cidade” (VIEIRA, 1958, p. 5 *apud* AMMANN, 2003, p. 40). Ainda, tem como objetivo central de sua obra “despertar nas obras sociais o interesse pelo crescimento social na comunidade onde operam” (Idem).

Outro ponto marcante da publicação da autora é a centralidade na estratégia da obra social, assim como no pensamento norte-americano de Organização Social, já que não há um pensamento na problemática global, mas sim uma responsabilização dos indivíduos e da comunidade em garantir o seu bem-estar.

Ao mesmo passo, Vieira inclui em sua discussão a necessidade do debate na obra social, os debates sobre democracia, direito dos cidadãos, a importância do voto e de se escolher seus governantes. Entretanto, como afirma Ammann (2003, p. 40), estes ideais “[...] não ultrapassam o nível de retórica”, já que a concepção de participação social defendida pela autora se refere ao exercício democrático delimitado à comunidade, e não em nível nacional.

Vieira também alega que a comunidade, enquanto um conjunto homogêneo, é composta por heterogeneidades como classe e níveis econômicos diversos. Contudo, “[...] os laços materiais espirituais existentes [...]” (BRASIL, 1952, p. 5 *apud* AMMANN, 2003, p. 42) os fazem suficientes para solucionar os problemas comuns contidos naquela comunidade. Indubitavelmente, mesmo que a autora sinalize as heterogeneidades, não são questionados seus

motivos, e assim, afirma ser possível resolvê-las a partir do esforço conjunto (AMMANN, 2003, p. 42).

Além do objetivo central mencionado anteriormente, outro intuito na obra da autora é salientar a importância da participação popular ou da liderança na Organização Social e de Comunidade. Entretanto, esta forma de atuação comunitária não ultrapassa o horizonte das pequenas localidades. Ademais, essa participação sinalizada demonstra ser uma forma de colaboração da comunidade com os profissionais que ali atuam — no desvelar dos problemas para o desenvolvimento de programas e projetos para o bem-estar daquela população.

Portanto, as três obras previamente mencionadas apresentam como ponto comum a concepção localista de participação da comunidade e demonstram que a participação das organizações e lideranças locais devem servir aos intelectuais que ali atuam. Ou seja, a sua participação é reduzida à utilidade de conceder suporte, ao invés de fazer parte plenamente dos processos decisórios. Como aponta Gramsci (1966, p. 35) *apud* Ammann (2003, p. 47) “os intelectuais colaboram para o consentimento espontâneo das grandes massas da população à direção impressa à vida social pelo grupo fundamental dominante”.

2.1.2. Algumas experiências de Desenvolvimento de Comunidade no Brasil

Como mencionado anteriormente o Desenvolvimento de Comunidade no Brasil se iniciou, de modo concreto, com a experiência de Itaperuna-RJ, e esta atividade compôs uma série de iniciativas do governo brasileiro juntamente com o incentivo norte-americano. Por conseguinte, a experiência da Missão Rural, em 1950, na cidade do interior do estado do Rio de Janeiro, tem como premissa o modelo de desenvolvimento comunitário importado dos EUA, com o objetivo — assim declarado — de despontar programas nacionais direcionados para a melhoria da vida da população rural.

Desse modo, a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), fundada em 1940, em parceria do Departamento Nacional de Educação do Ministério de Educação e Saúde — com a idealização de educar adultos com a finalidade de construir um país mais solidário e coeso —, surge no mesmo período de grande mobilização de combate a “ideologias nocivas”.

A educação de adultos apresentava-se como resposta a esses “perigos”, devendo a CEAA desenvolver o que Paiva denomina de “ação extensiva” alfabetizadora de

grandes contingentes, enquanto a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER)¹⁶, posteriormente criada seria responsável pela ação em “profundidade”, através da capacitação profissional e da atuação junto às comunidades (AMMANN, 2003, p. 48).

Portanto, a educação de jovens e adultos é colocada como uma forma de enfrentamento ao subdesenvolvimento, como uma ação do Desenvolvimento de Comunidade no meio rural. Sendo assim, essa crença que a alfabetização pode “solucionar” a questão do subdesenvolvimento do meio rural, certamente, abdica dos problemas enquanto estruturais encobrindo a verdadeira raiz da questão. Logo, o papel da CNER é o de preservar a “[...] exploração da força de trabalho agrícola, fato plenamente explicável, pois, na qualidade de instrumento do Estado, comprometido com a ideologia da classe fundamental dominante.” (AMMANN, 2003, p. 49).

Com isso, a CNER, apoiada no direcionamento do Conselho Econômico e Social da ONU, utilizará as técnicas de Centros Sociais de Comunidade, da Missão Rural e de treinamentos para efetivar seu planejamento anteriormente sinalizado. Sendo assim, em 1956 a campanha contou com 45 Centros Sociais em sete Estados brasileiros, tendo uma “[...] concentração no Rio Grande do Norte, sob orientação do Serviço de Assistência Rural, com 16, e na Bahia com 14 Centros” (AMMANN, 2003, p. 51-52).

A concepção dos Centros Sociais é de espaços físicos localizados nas comunidades, a fim de promover o agrupamento de pessoas e a realização de discussões para o bem comum daquela comunidade. Outrossim, como afirma CBCISS (1977) *apud* Souza (1993) este espaço deve ser uma extensão da casa dos moradores daquela localidade, para que se sintam à vontade e possam participar dos programas desenvolvidos ali, sendo atuantes na melhoria de vida de sua família e da comunidade.

Assim, em muitas comunidades brasileiras, a construção de local adequado para o desenvolvimento de uma vivência comum e de ações em comum que respondam às exigências da comunidade passa a ser ideal a ser estimulado sobretudo pela Igreja. A construção desse local é, muitas vezes, uma ação coletiva desenvolvida pela população comunitária. Como tal, o centro social historicamente é, sobretudo, obra do

¹⁶ “Criada em 9 de maio de 1952, durante o 2º período Vargas, somente em 27 de março de 1956, no Governo Kubitschek, a CNER é definitivamente regulamentada e passa a dispor de verbas próprias, pelos Decretos n.º 38.955 e 39.871, respectivamente. Reza o Art.º do Decreto 38.955, que a CNER tem como finalidade “difundir a educação de base no meio rural brasileiro”, enquanto o Art. 2º explicita o anterior: a CNER “Destina-se a levar aos indivíduos e às comunidades os conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis à um nível de vida compatível com a dignidade humana e com os ideais democráticos, conduzindo as crianças, os adolescentes e os adultos a compreenderem os problemas peculiares ao meio em que vivem, a formarem uma idéia exalta de seus deveres e direitos individuais e cívicos e a participarem eficazmente do progresso econômico e social da comunidade a que pertencem”. O Art 3º detalha os objetivos e trata, na alínea d, da necessidade de “concorrer para a elevação dos níveis econômicos da população rural por meio da introdução, entre os rurícolas, do emprego de técnicas avançadas de organização e trabalho.”” (AMMANN, 2003, p. 48).

povo, mesmo contando com estímulos externos, como no caso da Igreja (SOUZA, 1993, p. 210).

Outro ponto importante sinalizado por Souza (1993) é que, a partir da criação dos Centros Sociais há um reconhecimento da força social que esses espaços assumiram. Desse modo, instituições públicas despertam o interesse pelos centros sociais, “[...] por isso que algumas dessas instituições — como as patronais do tipo SESI, SESC — passam a ser instituições promotoras de muitos centros sociais no Brasil” (SOUZA, 1993, p. 211).

Assim, de acordo tanto com Souza (1993) quanto Ammann (2003), o surgimento dos Centros Sociais não se dá a partir do DC, e sim através de experiências diversas no globo. Conforme explicitam as autoras, alguns estudos confirmam o seu surgimento no México¹⁷, porém há afirmações que constam o surgimento na Europa.

Dessa forma, será a partir da inspiração nestas experiências que o Conselho Econômico e Social da ONU — em 9 de agosto de 1951 — se propõe a estudar os objetivos, os métodos e os resultados desta estratégia, seja nos países “desenvolvidos” seja nos “subdesenvolvidos”. Assim, é utilizado pela primeira vez o termo “Desenvolvimento de Comunidade”, em 1953, definindo este trabalho de cunho comunitário como:

[...] processo através do qual os esforços do próprio povo se unem com as autoridades governamentais com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar estas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do País (CBCISS. 1962, p. 25 *apud* SOUZA, 1993, 55).

Dessa maneira, a criação dos Centros Sociais seria a forma de consubstanciar o trabalho das Missões Rurais, através do direcionamento de “[...] guiar a comunidade para que ela queira e aprenda a se organizar em torno de motivações que ela própria irá sugerindo” (CONCEIÇÃO, 1956, p. 140 *apud* AMMANN, 2003, p. 51).

Em seu primeiro momento, as Missões Rurais, após a criação do modelo de Itaperuna, se deram a partir da constituição de equipes itinerárias. Sendo estas equipes multidisciplinares, contando com médicos, agrônomos, agentes de economia doméstica e assistentes sociais. Este trabalho desenvolvido pelos profissionais se dava a partir de ensinamentos sobre diversas áreas

¹⁷ “No México os centros comunitários foram largamente difundidos a partir de 1537, quando Vasco de Quiroga tornou-se bispo de Michoacán e determinou que os habitantes de cada “pueblo” deviam vincular-se a um centro comunitário. Funcionando em bases cooperativistas, o centro era o local onde os índios aprendiam um ofício e recebiam orientação técnica em agricultura” (AMMANN, 2003, p. 50).

de seus conhecimentos, fazendo presentes também atividades culturais como a projeção de filmes com conteúdo “educativo”.

Todavia, por essa mobilidade da equipe, que se instalava por 2 a 5 dias nas localidades, avaliou-se que em seu retorno à comunidade, todo o trabalho realizado era desfeito e deveria refazer-se todo o esforço de mobilização. Assim, percebe-se a ineficácia desta metodologia, o que levou a CNER a optar por modelos concretos e fixos na comunidade, ocasionando a construção de equipes para as Missões Rurais fixas em vários estados do país, através da parceria de instituições públicas e privadas.

Por conseguinte, as Missões terão na educação de base sua forma ideal para a resolução dos problemas referidos à “marginalização” e ao “atraso social” das populações do campo. Desse modo, os idealizadores do projeto concebiam que estes indivíduos não sabem nada

[...] além da rotina secular de cultivar a terra (...). Analfabeto não tem acesso às conquistas da ciência e da técnica, até as mais rudimentares (...). Sem educação, sem assistência e sem crédito, vegeta à margem da civilização, privado de seus benefícios. Economicamente, nada representa, ou antes, é fator negativo. Sanitariamente, é um perigo coletivo, pois tende a fixar e propagar os focos endêmicos. Politicamente, não podendo incorporar-se à república democrática, como cidadão consciente, torna-se motivo de enfraquecimento do regime fácil presa da agitação demagógica (AMMANN, 2003, p. 53).

Assim sendo, a educação de base deveria ser pautada em princípios humanísticos e democráticos. Cientes dessa demanda, o trabalho de Vieira — mencionado inicialmente — e a experiência de Itaperuna seriam os principais norteadores dos cursos de formação realizados pela CNER.

As equipes técnicas eram preparadas nos Estados Unidos ou diretamente pela CNER em Cursos de Educação de Base, que visavam não só a treiná-las na metodologia do trabalho comunitário, mas também em formar uma unidade de pensamento e de ação entre os membros da grande família CNER, irmanados pelo mesmo ideal de recuperação total do homem e das áreas rurais do Brasil (AMMANN, 2003, p. 54).

Contudo, a problemática identificada, de acordo com Ammann (2003), pelas Missões Rurais seria que a metodologia adotada não seria suficiente para modificar o contexto econômico, social e político. Isso deve-se ao fato de não ser de interesse do Estado elevar o debate para questões que pudessem questionar as estruturas da sociedade. Ou seja, mesmo que houvesse uma capacitação de educação de base a partir de ideais humanísticos e democráticos, não ultrapassavam a conceitualização de participação ativa da população naquela localidade. Como reafirma Ammann (2003):

De resto, o Estado objetivava primordialmente a modernização do Sistema e, à CNER, enquanto aparelho do Estado, não interessava a contestação nem a verdadeira mudança das estruturas políticas, sociais e econômicas da sociedade brasileira. Sua operacionalização de participação representa, portanto, a absorção dos conceitos propostos nos trabalhos teóricos analisados [...] ou seja, configura-se na contribuição que as lideranças (reproduzindo a ideologia dominante) e o povo (no seio do qual se procura amaciar os conflitos de classe) dão aos técnicos na solução de problemas residuais da comunidade (AMMANN, 2003, p. 55).

Outrossim, ao que se refere ao DC no meio rural destaca-se a experiência da região Nordeste do país, com uma participação expressiva da Igreja Católica. Antes de 1950, a Igreja se empenha em desenvolver ações pontuais para a situação da população do meio rural (SOUZA, 1993, p. 47). Assim, como explicitam os autores Júnior, Silva, Lira e Silva (2019, p. 10),

O avanço progressivo da intervenção comunitária durante os anos (dos trabalhos de organização para aqueles próprios do desenvolvimento de comunidade) ocorreu na evolução, de meados de 1950 em diante, das ações concentradas em alguns territórios pobres do Recife e de municípios próximos: a partir de meados de 1950, até a entrada da década de 1970, o bairro de Casa Amarela e o município de Camaragibe receberam muitas ações; entre finais de 1950 e início de 1960, vê-se intervenções mais pontuais em Fernando de Noronha, nos municípios de Bom Conselho e Jaboatão dos Guararapes, e nos bairros de Dois Unidos e Madalena; na primeira metade de 1960, ocorrem ações nas comunidades Coelhos/Coque, Cajueiro Seco e Vila São Bento (Olinda); na segunda metade de 1960, observam-se muitas iniciativas no Sítio Bevenuto e Ponte dos Carvalhos (Cabo de Santo Agostinho); e em finais de 1960, algo mais pontual se verifica no bairro de Santo Amaro e no município de Caruaru.

Portanto, a partir do final da década de 1950 e início de 1960 tem-se uma nova fase posta para o Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, principalmente devido às mudanças no contexto econômico e político. A primeira que é assinalada por Ammann (2003) refere-se ao modelo econômico adotado por JK cujo objetivo era o desenvolvimentismo nacional. Sendo assim, o ex-líder justifica seu Plano de Governo, a necessidade de se desenvolver no âmbito econômico e educacional e os investimentos em áreas inexploradas, para que se assegure a eliminação da pobreza que assolava a população.

Logo, com o início dos anos de 1960, a leitura que se apresentava do governo juscelinista era considerada positiva, sobretudo relacionada à economia do país. Em vista disso, Brasil (1978, p. 336) *apud* Ammann (2003, p. 59) assinala alguns aspectos essenciais destas mudanças do período destacado, como

[...] o setor de rodovias, alcançou 150% da meta inicial quanto à sua construção e 207%, no que tange à sua pavimentação; da produção siderúrgica, cujo intento inicial visava à elevação da capacidade de aciaria a cerca de 2.300.000 ton. de aço bruto em

lingotes em 1960 e 3.500.000 em 1965. Já em 1961 a produção atingia 1.485.000 ton. (BRASIL, 1978, p. 336 *apud* AMMANN, 2003, p. 59)

No entanto, mesmo que essas mudanças apontadas tenham ocorrido, esse período apresentou contradições quanto ao crescimento acelerado da economia, que indubitavelmente foram visíveis, como a acentuação da inflação que tendenciou a queda dos salários reais dos trabalhadores. Por conseguinte, esta realidade possibilitou um campo propício para o surgimento da insatisfação popular, e também, para um movimento de reivindicação por melhores condições e salários para a classe.

Em virtude desses elementos conjunturais, o II Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos, realizado no ano de 1958, foi fundamental para o surgimento de movimentos que buscavam responder aos questionamentos do âmbito educacional, profissional e também relacionado ao governo de JK. Foi neste instante e evento cujo enfoque dos intelectuais se afirmam a favor da participação da classe operária. Entre esses intelectuais, destaca-se a figura de Paulo Freire¹⁸, que tem como principal inspiração os conteúdos dos pensadores europeus, Piaget, Maritain e Mounier (AMMANN, 2003).

Conseqüentemente, por meio deste II Congresso, a perspectiva abordada não mais foi de mera alfabetização no objetivo de formação de eleitores que constituem uma democracia liberal, mas sim “[...] formar indivíduos conscientes de sua posição no mundo e da relevância de sua contribuição a mudanças das estruturas socioeconômicas do país [...]” (AMMANN, 2003, p. 61).

Em suma, em meio às mudanças conferidas ao contexto nacional no período, dentre o desenvolvimentismo à moda juscelinista, a insatisfação popular, o crescimento das movimentações sociais e as eleições de 1960, Jânio Quadros assumiu o governo brasileiro em 1961 com propostas distintas do governo anterior. Portanto, seu discurso aproximado da população denunciava as principais questões quanto ao crescimento econômico defendido por seus antecessores, visto que esse desenvolvimento acentua as desigualdades e a pobreza que assolava a população (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Sendo assim, salientava a centralização no homem a fim de alcançar um desenvolvimento harmônico.

¹⁸ “Paulo Freire foi um dos mais importantes pedagogos; seu pensamento atingiu diferentes saberes e profissões. Suas obras influenciaram inúmeros processos democráticos no Brasil e mundo afora. No caso do Serviço Social, a vanguarda brasileira do Método de Belo Horizonte (BH), em sua maioria, era oriunda dos movimentos da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Ação Popular (AP), que incluem vivências na Movimento de Educação Básica (MEB), na sindicalização rural, nos Centros Popular de Cultura (CPC) e nos Círculos de Cultura que tiveram contatos o próprio Paulo Freire” (GOMES, 2011)

Para além disso, Ammann (2003) realça a particularidade de seu discurso, o qual posteriormente também irá gerar grande movimentação da burguesia brasileira quanto a sua defesa de governo — as reformas de base. Desse modo, Quadros considerava

[...] urgente a realização de uma Reforma Institucional: ante a inadequação das instituições vigentes — as normas e mecanismos institucionalizados — o ritmo de mudança se encontra entravado. Essa reforma não deverá voltar-se apenas para as instituições legais; deve passar, também, pelo regime de propriedade, atingindo aquelas cujo subaproveitamento ou não aproveitamento produtivo — que representam áreas extensas — são responsáveis pela marginalização social, econômica e política de amplas parcelas da população, justificando-se assim as desapropriações por interesse social. Projeta uma reforma agrária para dinamizar a produção no campo, alcançando paralelamente o alargamento do mercado interno (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 365).

Dentre outras defesas do presidente, lista-se reformas no âmbito educacional e as bases culturais brasileiras, como a tecnificação profissional, a ampliação da participação popular, a favor do sindicalismo representativo e independente. O discurso janista propagava seu modelo trabalhista de desenvolvimento do país.

Todavia, mesmo com sua renúncia no mesmo ano de sua posse (1961) e com a ocupação do cargo de presidência pelo seu vice João Goulart, ainda sim o anseio pelas reformas de base permaneceu entre a população, assim como pelas grandes movimentações alinhadas às referidas reformas.

Dessa forma, as pautas levantadas por Jânio ainda se estendiam pelo novo governo e Goulart afirmava que

Os obstáculos ao desenvolvimento de natureza institucional surgem de todos os lados, [...]. O mais gritante deles está em nossa estrutura agrária, responsável pelo atraso, cada vez mais flagrante, de produção agrícola do país. O sistema fiscal, poderoso, instrumento de que a dispõe o Governo para promover o desenvolvimento e corrigir as injustiças sociais, necessita ser colocado à altura das funções que o Estado tem o dever de desempenhar (BRASIL, 1978, p. 368 *apud* AMMANN, 2003, p. 65-66).

Contudo, mesmo que a defesa institucional fosse consoante às batalhas travadas junto à classe trabalhadora, as movimentações cresciam concomitantes a este governo, unindo a classe operária, estudantes, a Igreja Católica — em seus setores da esquerda cristã — e intelectuais. Como ressalta Scheffer, Closs e Zacarias (2018, p. 13) “em 1961, após o episódio da Legalidade, sendo assegurada a posse de João Goulart, expandiram-se vários movimentos no RS, sob a influência da insígnia da “Educação de Base” e das experiências do Movimento Popular de Cultura no Nordeste do país.”

Haja vista a situação evidenciada neste processo conjuntural, o Desenvolvimento de Comunidade nesta fase se diferencia dos momentos expostos anteriormente devido a efervescência dos movimentos sociais neste instante — como as “Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais, [...] Movimentos de Educação de Base, Centros Populares de Cultura, Movimentos de Cultura Popular, Ação Popular, entre outros” (AMMANN, 2003, p. 67) — tanto na conjuntura, quanto anteriormente na prática de DC desenvolvida em regiões do Brasil à fora.

O Movimento de Educação de Base (MEB), por exemplo, que tem sua criação no ano de 1961, foi um componente importante na história da prática de DC e no contexto nacional, como enfatiza Resende (2018, p. 18):

o MEB surge para disputar espaço político no movimento de trabalhadores do campo, haja vista as influências da esquerda brasileira nos movimentos rurais. Entretanto, os processos de alfabetização realizados através do MEB estavam inseridos em um contexto mais amplo, onde por meio da educação popular, eram promovidos debates acerca da necessidade de reformas sociais de base no país – como exemplo a reforma agrária. Além disso, pelo envolvimento do MEB com agentes progressistas do Movimento Católico, foram impulsionadas reflexões aos movimentos camponeses sobre o processo de modernização capitalista na sociedade brasileira.

O surgimento do MEB, segundo Ammann (2003), se dá a partir da experiência do Serviço de Alfabetização Rural (SAR) da Arquidiocese de Natal, seguido da Arquidiocese de Aracaju, com a alfabetização por meio da comunicação radiofônica. Com os resultados obtidos com a referida prática, de acordo como Ammann (2003), Jânio Quadros assinou em 1961 o Decreto 50.370 de criação do Movimento de Educação de Base, também dispondo sobre a instalação de 15.000 Escolas Radiofônicas. Além disso, será a partir desse Decreto que o aparato técnico-financeiro para o MEB será garantido pelo poder público em convênio com os demais ministérios e órgãos de caráter público.

O referido movimento, em sua fase inicial, não obtinha um caráter político e Ammann (2003) afirma que, durante o curto período de sua atuação, ele se constituiu através de fases. Sendo assim, a primeira é marcada pelo seu caráter evangelizador e que se fundamentava nos princípios da Igreja Católica. Esta singularidade política é adquirida com o aprofundamento de sua prática junto à população. Como demarca a autora, “os princípios e objetivos do MEB se vão tornando menos religiosos e mais políticos, menos comprometidos com a hierarquia católica e mais engajado nas reivindicações e ações da classe trabalhadora.” (AMMANN, 2003, p. 91).

A segunda fase do movimento foi concebida no I Encontro de Coordenadores, em 1962, e a perspectiva central desse segundo momento foi sua base fundamentada no “otimismo de

Chardin e com o personalismo de Mournier” (AMMANN, 2003, p. 92)¹⁹. Dessa maneira, o resultado deste Encontro culminará no entendimento de que a educação deve estar interligada com o processo produtivo, e também com a luta dos trabalhadores. Ou seja, o componente de “transformação” se apresenta como resultante dessa educação que deve ser libertadora. Assim, a politização foi considerada um componente essencial ao trabalho do MEB, juntamente com a consideração cultural e popular, bem como nas relações sociais.

Em sua terceira e quarta fase, que se estende de 1962 a 1964, ao que tange a sua fundamentação teórica, ainda será consonante a segunda fase. Entretanto, a sua principal característica será a expansão de seu trabalho que alcançou “[...] 11 Estados, com 30 sistemas, 5.598 escolas radiofônicas e 108.571 alunos” (AMMANN, 2003, p. 94). Ademais, passou de uma fase de politização para reivindicatória decorrente da sindicalização rural. De tal modo,

[...] após o que o MEB passa a incorporar a suas programações a educação sindical, criando em 1962, a assessoria para assuntos ligados a sindicalização rural junto à Coordenação Nacional. O trabalho inicial diz respeito à formação e treinamento de equipes de coordenação e supervisão nos Estados, instruções sobre os meios legais para a fundação de sindicatos, orientação sobre o encaminhamento de processos, estímulo à ação sindical (AMMANN, 2003, p. 96).

Logo, o que se percebe através dos elementos explicitados é que os grupos se articulam com as experiências de DC de formas distintas. já que se distinguem entre os intelectuais de bases estrutural-funcionalista e positivista — que Ammann (2003) denominou como acríticos e aclassistas —, e os intelectuais e os movimentos sociais com fundamentação na educação freiriana e eclética. Isso se dá porque a primeira concepção se vale da participação localista, funcionalista e subalterna à classe dominante e a segunda se posiciona a favor da classe trabalhadora, elevando a participação ao macrossocietário.

Outrossim, o que se percebe em relação a estas duas concepções é que as experiências práticas correm o risco de subalternizar e amaciar a classe às vontades do desenvolvimentismo nacional aos interesses internacionais, ou optar por uma prática — que naquele momento se enxergava — que tente corresponder aos interesses da classe operária e camponesa, por meio da participação democrática e da defesa das reformas de base.

Dessa forma, a contextualização desse período e do curso do Desenvolvimento de Comunidade no país permite-nos compreender a relação desse movimento, agora com aprofundamento, e a inserção da profissão de Serviço Social no curso desta prática.

¹⁹ Não se pretende trazer à tona estes dois pensamentos neste Trabalho, entretanto, Ammann (2003) em sua nota de rodapé de nº 99, referência os dois trabalhos dos pensadores para aprofundamento teórico.

2.2. SERVIÇO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE

A partir do que foi sinalizado, neste subcapítulo objetiva-se traçar como deram-se as primeiras aproximações do DC com a profissão de Serviço Social, tanto através dos debates na profissão como também na inserção de Assistentes Sociais nas práticas de Desenvolvimento de Comunidade. E assim, compreender como estas experiências e aproximação puderam contribuir para a reflexão crítica na profissão.

2.2.1. O surgimento do Desenvolvimento de Comunidade (DC) no Brasil e sua aproximação inicial com a profissão de Serviço Social

A ideologia desenvolvimentista, interligada a um contexto histórico e econômico mundial e nacional, apresenta os primeiros sinais de engendramento no Serviço Social logo na segunda metade dos anos de 1940. As discussões ocorridas em seus primeiros congressos nacionais e internacionais demonstraram menções preexistentes sobre o assunto, especialmente o 2º Congresso Pan-Americano de Serviço Social (1949) ocorrido no Rio de Janeiro de 2 a 9 de Julho.

Neste congresso internacional os debates se diferenciavam pouco em relação aos últimos, como o Primeiro Congresso Internacional Pan-Americano de Serviço Social (1945) ocorrido no Chile e o Primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social (1947) realizado pelo CEAS. Como sinalizam Iamamoto e Carvalho (2014) sobre o 1º congresso brasileiro, nele se destacavam os seis grandes campos de preocupação profissional: “Serviço Social e Família, Serviço Social de Menores, Educação Popular e Lazeres, Serviço Social Médico, Serviço Social na Indústria, Agricultura e Comércio e os Agentes do Serviço Social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 349).

Entretanto, uma consideração importante a ser feita é que foi a partir destes dois Congressos ocorridos em 1945 no Chile e o realizado pelo CEAS em 1947 — principalmente o primeiro — que se demonstrou um caráter ideológico a partir da influência norte-americana sobre a profissão e a perspectiva de neutralidade entre capital e trabalho, como demonstra Iamamoto e Carvalho (2014):

O Congresso se posiciona por um apoio decidido às entidades e programas pan-americanos — e interamericanos — relacionados à assistência (Bureau de Trabalho e Informação Sociais da União Pan-Americana e Instituto Interamericano de Proteção à Infância, entre outros), apoio que deveria desdobrar-se através da Organização dos Estados Americanos — OEA. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 347-348)

Uma outra consideração é o que Iamamoto e Carvalho (2014) afirmam ser a discussão mais importante realizada nestes congressos, que se refere ao tema de formação para o Serviço Social.

Procura-se definir normas para o funcionamento das escolas especializadas, que se multiplicam, a partir de um padrão mínimo de exigências, condições de ingresso nas escolas, currículo básico, planos de trabalho prático etc. — esboçando-se uma homogeneização desses elementos no âmbito latino-americano. Dentro desse debate duas outras questões assumirão relevância: a regulamentação do ensino e a luta pelo reconhecimento profissional, que influíram no surgimento da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) e da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS). (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 348)

À vista disso, será no 2º Congresso Pan-Americano de Serviço Social, realizado no Brasil, que se destacam alguns embates, pois nas palavras de Iamamoto e Carvalho (2014, p. 351) “algumas poucas manifestações [deste Congresso] podem ser consideradas como inovadoras”, entre elas certa “solicitação para a utilização do método de Grupo e Comunidade e um chamamento bastante generalizado para a preparação de Assistentes Sociais para o meio rural.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 351)

Entre as discussões travadas neste Congresso destacam-se as três mais importantes. A primeira como posição defendida pela Escola Técnica de Serviço Social situa-se na tese de que o “problema” enfrentado — como a “carência do proletariado” — não é suficientemente sanado através do trato de casos individuais. Dessa maneira, para enfrentar as situações postas, fazia-se necessário investir em técnicas eficazes para tratar o desajustamento coletivo, como o enfrentamento do avanço do comunismo. Como afirma Iamamoto e Carvalho (2014) sobre esta tese:

Na situação de crise, haveria um desajustamento coletivo, e o Serviço Social dos Casos Individuais seria inoperante; a psicologia deveria ceder lugar à economia. Até mesmo as técnicas de Grupo e Comunidade deveriam ser suplementadas pela Ação Social. Pede a adaptação do Serviço Social à situação brasileira (e não à simples cópia, divorciada da realidade, daquilo que é feito nos Estados Unidos), ao mesmo tempo que acena, como modelo, o desempenho do Serviço Social norte-americano durante a “Grande Depressão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 352-353).

A segunda tese, ainda no campo da Formação para o Serviço Social, expõe a posição da Escola de Serviço Social de São Paulo em relação à dificuldade de formar Assistentes Sociais que se originaram da classe operária. Assim, a Escola Cecy Dordsworth da Prefeitura do Distrito Federal coloca-se a favor da existência de dois níveis de formação para o Serviço Social. Ademais, propunha a criação “(...)um nível popular para que pessoas do próprio meio atuassem como agentes, tendo em vista as dificuldades das elites em resolver os problemas das

classes baixas.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 354), o que gerou alvoroço e rejeição da maior parte do Congresso.

Exige-se que a formação do Serviço Social se faça unicamente em nível universitário. Por outro lado, aprovam definições como: “O Serviço Social é uma vocação e, sendo princesa ou trabalhadora, será sempre uma Assistente Social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 354)

Por fim, a última posição, tendo como defensor o Sr. Luis Carlos Mancini, que defendia a posição dos Assistentes Sociais frente aos problemas estruturais e da importância de trabalhar nas comunidades, apresenta que

É preciso fazer o povo pensar, reunir-se, equacionar os seus problemas, aprender discutir. (...) O Assistente Social deve ser habilitado a analisar, identificar e mobilizar os órgãos e agentes da comunidade e aí ajudar a criar as molas da ação individual e coletiva. Todo o sistema pedagógico, da criança ao adulto, como todo o planejamento urbano, social e político, deve orientar-se no sentido de proporcionar meios de congregação do povo, equipando os agentes responsáveis por sua educação, com técnicas modernas do serviço de grupos de métodos de discussão. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 354)

Este posicionamento, posteriormente, demonstrou uma antecipação de um plano internacional e um incentivo à divulgação da prática de Desenvolvimento de Comunidade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Sendo assim, a partir dos anos seguintes, com a afirmação desenvolvimentista no país de forma dominante, se apresentou um cenário “modernizador” para o Serviço Social e uma amplitude das funções da profissão dentro deste novo objetivo traçado. E assim dando margem para o Serviço Social de Grupo e Comunidade.

Entretanto, mesmo com este alargamento e mudanças significativas no período juscelinista com o desenvolvimentismo, Iamamoto e Carvalho (2014) afirmam que:

Apesar do caráter dominante que assume a ideologia desenvolvimentista, de esta ideologia propor soluções para os problemas que tradicionalmente são objeto de suas preocupações, o Serviço Social se mostrará, até o final da década de 1950, essencialmente alheio a seu chamamento. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 361)

Portanto, mesmo indiferente ao desenvolvimentismo — por parte da categoria — alguns Assistentes Sociais acabam por se inserirem em programas e projetos criados desde 1940 em que a prática de Desenvolvimento de Comunidade se faz constitutiva. Desse modo, será a partir do investimento dos Estados Unidos nos países latino-americanos — para evitar a insurreição

de revoltas, e principalmente, com receio do potencial do comunismo em áreas empobrecidas — que são criados no Brasil alguns projetos e programas com o foco na educação rural.

Sendo assim, em 1945 tem-se a criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), tendo como fundadores o Ministério da Agricultura do Brasil juntamente com a Inter-American Educational Foundation, Inc. Ao que se refere ao financiamento deste projeto, afirma Ammann (2003) que, por fontes americanas, foram investidos US\$750.000,00 e por parte da CBAR US\$250.000,00. Além disso, os EUA também contam com investimento educacional com especialistas em educação e extensão rural, e também, “bolsas de estudos para o “adestramento” de brasileiros naquele país.” (AMMANN, 2003, p. 31).

Ademais, para além do investimento no Ministério da Agricultura Brasileira, a Inter-American Educational Foundation, Inc, também, compactua com o Ministério da Educação visando a educação industrial, tendo assim a criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI). Por fim, dando início à criação de diversos programas interligados à objetivação do Desenvolvimento de Comunidade no país, como também se deu a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) no ano de 1948, no estado de Minas Gerais, a partir da mesma instituição norte-americana.

Por seu turno, durante os anos 50, a ONU se empenha em sistematizar e divulgar o Desenvolvimento de Comunidade, como uma medida para solucionar “o complexo problema de integrar os esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento econômico.”. Essa integração é concebida — conforme se depreende das produções da ONU — sob uma visão acrítica e aclassista, quando, por exemplo, isenta trabalho social de qualquer envolvimento político, deixando permanecer sem crítica as estruturas responsáveis pelas desigualdades sociais e quando dissimula a divisão social do trabalho, cobrindo a realidade com manto da identidade de valores, interesses e objetivos [...] (AMMANN, 2003, p. 32).

Dessarte, em conformidade com este movimento de introdução do Desenvolvimento de Comunidade interligado ao planejamento do desenvolvimentismo nacional, ocorre, nesse período, especificamente no ano de 1949, o Seminário Interamericano de Educação de Adultos. Este seminário ocorre como parceria entre a UNESCO e a União Pan-Americana, com o objetivo, segundo Ammann (2003), de elaborar estratégias doutrinárias a partir das experiências deste campo e que sejam consonantes aos planos internacionais para a América Latina. Sendo assim,

A UNESCO e a OEA, através de seus representantes, reputam que a chave do êxito estaria na conjunção dos esforços e recursos governo/povo, e, dentre as recomendações finais do Seminário, concedem especial relevo a organização de

campanhas pautadas na filosofia do Desenvolvimento de Comunidade (AMMANN, 2003, p. 34).

Em virtude deste Seminário, tem-se em 1950 a iniciação da Missão Rural de Itaperuna (RJ), para certamente conformar o que é determinado no encontro, pretendendo “assentar as bases para um programa nacional de melhoria das condições de vida econômica e social das áreas agrícolas” (AMMAN, 2003, p. 35).

Logo, a criação de programas e a realização de Seminários importantes, como afirma Iamamoto e Carvalho (2014), demonstrarão essa influência e “inspiração” das experiências estadunidenses, e serão decisivas para a solidificação do Desenvolvimento de Comunidade como “[...] nova opção de política social para atuar nos meios marginalizados pelo desenvolvimento econômico e, portanto, como nova disciplina” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 364).

Ao que correlata o Serviço Social nesse período a partir dos acontecimentos mencionados, segundo Ammann (2003), na década de 1950 sucederam outros seminários, os quais tiveram a participação da categoria profissional. Sendo o primeiro o “Seminário sobre Desenvolvimento de Comunidade” em 1951, o segundo o “Seminário Regional de Bem-Estar Rural” em 1953, e o terceiro, o “Seminário de Educação de Adultos para o Desenvolvimento de Comunidade” em 1957. O segundo seminário demonstra ser essencial para a criação do Serviço Social Rural, e o terceiro, marcado pela participação da Assistente Social Aylda Pereira Reis, a qual propõe — para dar conformidade aos planos nacionais e internacionais — a fusão das disciplinas Desenvolvimento de Comunidade e Organização de Comunidade em Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC). Desse modo, como reitera Ammann (2003):

Disso redundava que a ação do Serviço Social exercida em coordenação de obras, vai, na década de 50, gradualmente dando lugar ao trabalho direto com populações, e migra da cidade para o campo, numa perspectiva de melhoria de níveis de vida (AMMANN, 2003, p. 34).

Ao que se refere à prática do DC por parte dos profissionais de Serviço Social, como nos demonstra Paula (2014, p. 236), “os assistentes sociais inseridos nos programas de DC elaboraram novas estratégias político-profissionais que configuraram o Serviço Social de Comunidade²⁰.”

²⁰ “O Serviço Social a nível de Comunidade surgiu nos EUA para atuar na área das relações interpessoais, intergrupais e para atender problemas locais e setorializados, como instrumentos de adaptação e ajustamento dos setores disfuncionais do sistema social; uma técnica para alcançar o equilíbrio entre os recursos e necessidades.

Sendo assim, o “Serviço Social de Comunidade constituiu-se por meio das propostas práticas de estímulo à participação comunitária. Participação, essa, que possuía o objetivo de conformar as massas populares aos interesses da burguesia” (PAULA, 2014, p. 236).

Logo, a partir da prática do desenvolvimento de comunidade pela categoria profissional, segundo Paula (2014) *apud* AMMANN (2009), constituiu-se a partir da década de 1960 três vertentes distintas. Conforme a primeira, a partir de práticas já utilizadas anteriormente pela categoria, ainda apresentava-se uma reprodução da ideologia burguesa. Assim, esse grupo exprime em sua essência e na abordagem da realidade social uma

[...] visão acrítica e ahistórica, reduzida aos horizontes da pequena localidade, e estimulam indivíduos e grupos a participarem do estudo de problemas residuais e periféricos, na elaboração e execução de programas para “melhoria de vida local”. Tratam os “comunitários” como unidade homogênea, solidária e cooperativa e encaram o conflito como problema tangencial a ser solucionado, com vistas à preservação do sistema (AMMANN, 2009, p. 97 *apud* PAULA, 2014, p. 238).

No entanto, a partir das grandes movimentações políticas contidas na década de 1960, consolida-se uma nova perspectiva no Desenvolvimento de Comunidade, com o Movimento de Educação de Base (MEB), o qual passa a se articular juntamente aos movimentos sociais e sindicatos rurais.

O MEB, como afirma Paula (2014), surge a partir das experiências do DC e

[...] deriva da experiência de alfabetização pelo rádio iniciada pelo Serviço Social de Assistência Rural (SAR) da Arquidiocese de Natal e implantada posteriormente na Arquidiocese de Aracajú. Em face do êxito alcançado pela mesma e da ênfase conferida pelo Presidente Quadros à educação de adultos, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) dirige-lhe, antes mesmo de sua posse (11-11-60), uma carta propondo a criação de um movimento educativo, a funcionar sob sua responsabilidade (da CNBB) (AMMANN, 2009, p. 90 *apud* PAULA, 2014, p. 239).

Desse modo, é a partir do MEB, que se constituiu mais duas vertentes adentradas ao Desenvolvimento de Comunidade. O primeiro grupo, baseado em uma perspectiva funcionalista, de acordo com Ammann (2009) *apud* Paula (2014), defendia mudanças estruturais como as reformas de base como essenciais à expansão capitalista no Brasil.

Portanto,

Nesta proposta, o Serviço Social a nível de Comunidade constitui um nível de atuação do Serviço Social, cuja instância humano-social a que se refere é a comunidade (...)” (CARDOZO, 1980, p. 121 *apud* PAULA, p. 235, 2014).

Tem-se, assim, intelectuais vinculados àquelas frações da classe dominante cujos interesses são beneficiados por algumas das reformas de base. A participação é por eles concebida como a contribuição de “todo povo brasileiro” às mudanças estruturais e, também aí, as relações de dominação são frequentemente olvidadas, o que, ao lado das razões já mencionadas, os impede de estabelecer um vínculo orgânico com a classe subalterna (AMMANN, 2009, p. 98).

Além desse grupo destacado, na segunda vertente, temos intelectuais que compreendiam o ambiente comunitário “como uma realidade constituída de forças antagônicas, regidas por relações sociais de dominação” (AMMANN, 2009, p. 98 *apud* PAULA, 2014, p. 240).

Aqui a participação social é vista como luta por hegemonia e disputa ideológica. A participação pode, sim, levar a transformação, mas não no sentido de propiciar mudanças estruturais na nação. A participação é vista como possibilidade de transformação das estruturas de classe, em nossa sociedade. Esse grupo buscava uma verdadeira articulação com a classe trabalhadora, através da inserção em Movimentos Populares (PAULA, 2014, p. 240).

Portanto, será a partir desta última vertente que se gestava um “salto” no âmbito profissional e na perspectiva do Serviço Social, visto que foram através dela que surgiram “reflexões sobre a viabilidade histórica das propostas desenvolvimentistas e sobre o seu impacto no Serviço Social.” (PAULA, 2014, p. 240). Posteriormente, tal fato culminou e influenciou o processo de Renovação do Serviço Social a partir do Movimento de Reconceituação.

2.2.2. As experiências de Desenvolvimento de Comunidade através da perspectiva da profissão de Serviço Social

Através da exposição sobre as experiências de Desenvolvimento de Comunidade no país e da análise dos primeiros intelectuais que influenciaram essa prática, pode-se ampliar a visualização do campo no qual o Serviço Social se inseriu naquele momento. Portanto, além de vislumbrar como esta profissão se relacionou inicialmente ao DC, cabe compreender essencialmente como essa prática se desenvolveu no interior da profissão e sua importância na história do Serviço Social.

As experiências de Desenvolvimento de Comunidade entre 1950-1960, nas quais a profissão atuou diretamente, se deram principalmente pela criação do Serviço Social Rural, tendo como uma das referências a Missão Rural de Itaperuna-RJ²¹, e pelo material produzido a

²¹ Como descrito no ponto 2.1.1.

partir desta experiência, principalmente, ao que diz respeito à conceitualização e princípios do DC.

Ao que concerne à prática de DC desenvolvida pelos assistentes sociais, percebe-se uma junção entre procedimentos utilizados no Grupo e no Caso. Desse modo, Paula (2014) reitera que os profissionais recorriam aos instrumentos e técnicas de Comunicação, Pesquisa Social, Dinâmicas de Grupo, Educação e Psicologia, “[...] sem a preocupação com o referencial teórico-metodológico que molda as ações e com os princípios éticos e políticos que direcionam a intervenção profissional” (PAULA, 2014, p. 236), mesmo que ainda houvesse uma “centralidade formalista do método”²².

Tendo em vista a inserção do Serviço Social nos programas de DC, três experiências relatadas em artigos nos farão pensar a participação da profissão nesta prática, como o caso de Pernambuco, Rio Grande do Sul e Goiás.

Em Pernambuco, a ambientação política vivenciada entre a transição da “[...] crise do Estado Novo e a emergência de um germe de modernização que se robustece com o capitalismo monopolista” (JÚNIOR; SILVA; LIRA; SILVA, 2019, p. 8) foi o cenário no qual se desenvolveu a atuação das primeiras assistentes sociais do estado.

Sendo assim, os autores afirmam que o DC, novo terreno ocupacional, requer movimentações por parte de diferentes agentes:

- I - Pela própria Igreja, que demanda assistentes sociais para os trabalhos de renovação paroquial através da mobilização das comunidades de seu entorno – acerca disso, pense-se nas iniciativas de trabalho realizadas por algumas paróquias (Madalena, Casa Amarela, Sítio Bevenuto), sob a influência da CNBB e da Operação Esperança;
- II - Pelos órgãos de governos imbuídos nas políticas de desenvolvimento, com destaque para os convênios de projetos comunitários patrocinados pela SUDENE (como no Alto José Bonifácio), mas também em alguns trabalhos desenvolvidos após a unificação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, em finais de 1967;
- III - Pelos convênios e assistência técnica implantados pelas agências internacionais vinculadas a política panamericanista (como os acordos firmados pela USAID e o UNICEF). Tais organismos, que propiciam esse novo espaço de trabalho, não necessariamente operavam de modo autônomo. Existiam, em vários casos, articulações e frentes para trabalhos de organização e desenvolvimento das comunidades, muitas vezes com convênios entre todos esses – como é exemplo a ação ocorrida no início dos anos 1960, no Sítio Bevenuto, apoiada por convênio firmado entre SUDENE, USAID e CNBB-Brasil. (JÚNIOR; SILVA; LIRA; SILVA, 2019, p. 9)

²² Paula (2014, p. 236) afirma sobre a questão do método centralizado na prática profissional do DC que era “entendido como um conjunto de procedimentos predeterminados que tem por função operacionalizar as ações através de instrumentos e técnicas que são abordados como atitudes e habilidades.”.

A partir disso, a Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESS/PE) procurou se aproximar dos espaços frente ao desenvolvimentismo dos órgãos governamentais. A Escola, no final dos anos de 1950, estabeleceu convênios com a SUDENE e LBA, crescendo, assim, o quantitativo de estágios em áreas rurais e urbanas (JÚNIOR; SILVA; LIRA; SILVA, 2019, p. 9). Posto isto,

Não é ocasional, portanto, o crescimento de monografias – frequentemente escritas a partir das experiências de estágio das alunas – abordando trabalhos em comunidades e conjuntos residenciais nos finais de 1950, conforme mostra Vieira (1992, p. 151), e a, praticamente, predominância do tema nos trabalhos de conclusão de curso nos anos 1960 (JÚNIOR; SILVA; LIRA; SILVA, 2019, p. 9).

Em conformidade a este momento do DC em Pernambuco — entre a Revolução Cubana e o Golpe de abril de 1964 —, com as organizações políticas, e pautas nacionalistas e reformistas que surgem no período da década de 1950-1960, há — segundo os autores — uma fase de maior radicalização do direcionamento do Desenvolvimento de Comunidade (JÚNIOR; SILVA; LIRA; SILVA, 2019, p. 6). Consta-se assim, neste momento, uma aproximação da ESS/PE, nos anos de 1960, com o Movimento de Cultura Popular (MCP)²³ do estado que, por conseguinte, vincula-se às premissas de Paulo Freire o qual inspira a criação deste movimento.

Quanto a estas experiências destaca-se, por estar inserido no contexto apresentado acima, “[...] o trabalho de uma aluna, Zaira Ary, orientada pela professora Dolores Cruz Coelho, na localidade Poço da Panela, durante a fundação do primeiro Centro de Cultura Popular do Recife em 1962 (Círculo de Cultura Dona Olegarina)” (JÚNIOR; SILVA; LIRA; SILVA, 2019, p. 6).

Estas práticas inspiradas em Paulo Freire — que ocupava no momento cargo de professor da ESS/PE, assim como outros fundadores do MCP — e em suas aulas têm como consequência a aplicação de projetos de DC em bairros de Recife, assim como Olinda, Jaboatão dos Guararapes, entre outras cidades de demais estados nordestinos, afirma Padilha (2008) *apud* Júnior, Silva, Lira e Silva (2019).

Sobre as experiências do Rio Grande do Sul, tem-se a influência de outras figuras do Serviço Social e do setor governamental — como a assistente social Aylda Reis e o governo

²³ Costa (2015, p. 375) consta que “O movimento de cultura popular (MCP) teve sua origem no mês de maio de 1960 na capital pernambucana (Recife), o mesmo teve iniciativa pela prefeitura local que tinha como objetivos desenvolver o processo de alfabetização com crianças e adultos e expandir as manifestações culturais[...]. Juntamente com a prefeitura do Recife, Paulo Freire também estava à frente do movimento, sendo ele um dos sócios fundadores com suas ideias da educação libertadora onde tinha a expectativa de produzir a cultura com os saberes que a população já tinha, e que precisava apenas aperfeiçoar levando em consideração que não se faz cultura com modelos prontos, mas sim com o constante aprendizado das relações com o mundo da vida e com o outro.”.

brizolista. A assistente social influenciou na modificação curricular realizada em 1953 na Escola de Serviço Social do Rio Grande do Sul, que culminou na inclusão da Organização Social de Comunidade no currículo da escola, por conseguinte aumentando o quantitativo de trabalhos apresentados, visto que em

1945 a 1953 foram apresentados 94 trabalhos, sendo que já entre a primeira e a segunda turma (1948 e 1950) registram-se três relatos de atuação em comunidades rurais e urbana, tendência que também se expressa nos anos seguintes (1951 e 1952), totalizando cinco trabalhos, entre estes o de Seno Cornelly, futuro docente da escola e protagonista da dinamização do DC no RS (SCHEFFER; CLOSS; ZACARIAS, 2019, p. 9).

Neste momento, ainda se afirmava a influência norte-americana e franco-belga no Serviço Social na centralização entre “[...]indivíduo/família/comunidade, bem como uma concepção de participação com conotação acrítica, apolítica e aclassista, toda sua dinâmica se move dentro dos horizontes apertados da localidade” (AMMANN, 2003, p. 45 *apud* SCHEFFER; CLOSS; ZACARIAS, 2019, p. 9).

Contudo, com a realização de Seminários sobre Educação de Adultos em Porto Alegre, entre 1951 e 1957, segundo as autoras, foi uma ambientação propícia à “[...] intensificação da disputa ideológica entre segmento católico e os brizolistas - segmentos vinculados politicamente a figura do então prefeito de Porto Alegre e posterior Governador do RS, Leonel Brizola” (AMMANN, 2003, p. 45 *apud* SCHEFFER; CLOSS; ZACARIAS, 2019, p. 9). Sobre esses encontros e suas novas influências teóricas,

[...] registra Bulla (1992, p. 326) os seminários enfatizaram a “necessidade de um desenvolvimento integral harmônico, que não privilegiasse apenas o crescimento econômico, mas que buscasse a humanização das estruturas sociais e econômicas. Essas teses buscavam em Maritain e Lebreton seus fundamentos”. Destaca-se também a participação de Paulo Freire nesse Seminário, marcando o início da interlocução do pedagogo com os assistentes sociais gaúchos. Não por acaso, tanto Paulo Freire como Mario Reis, eram funcionários do SESI na mesma época, fato que contribuiu para a interlocução na Escola (SCHEFFER; CLOSS; ZACARIAS, 2019, p. 10).

As autoras demonstram que o governo Brizolista influenciou diretamente na formação profissional da Escola de Serviço Social do Rio Grande do Sul, uma vez que de suas primeiras ações foi a criação do Departamento de Assistência Social (DEPAS). Tal feito culminou tanto na criação do Sindicato de Assistentes Sociais de Porto Alegre, bem como na criação das “Semanas Gaúchas do Estudo de Serviço Social” (1959, 1960, 1962).

Sendo assim, a partir de 1960 no contexto nacional, juntamente com as particularidades das experiências do Rio Grande do Sul destacam-se:

vários movimentos no RS, sob a influência da insígnia da “Educação de Base” e das experiências do Movimento Popular de Cultura no Nordeste do país, destacando-se, especialmente, “o movimento comunitário de Ijuí, os projetos da Secretaria de Educação e Cultura do Estado e o Instituto de Educação Popular” (BULLA, 1992, p. 336 *apud* SCHEFFER; CLOSS; ZACARIAS, 2019, p. 13).

Contrárias às práticas de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, as quais são estimuladas por governos locais pela emergência de vias progressistas relativas ao Desenvolvimento de Comunidade, as experiências de Goiás exprimem caminhos um tanto quanto tortuosos, reafirmando os princípios dos primeiros teóricos de DC, como a harmonização social, com bases positivistas.

Em face ao governo de Mauro Borges no estado de Goiás (1961-1964), segundo Favaro (2019),

A proposta governamental era “transformar o homem rural [...] fazer uma revolução agrícola, conduzindo a uma verdadeira mudança social” (IDAGO, 1963). Tal projeto assumiu o compromisso com a modernização capitalista no campo e a retomada da política de colonização agrícola, em consonância com uma conjuntura marcada pela busca incessante do desenvolvimento econômico e de efervescência dos movimentos sociais, das ligas camponesas em luta pela posse da terra, como foi o caso de Trombas e Formoso (FAVARO, 2019, p. 8).

Tendo em vista o grande crescimento de movimentações camponesas e a preocupação de setores conservadores, foi criada a Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA), cujo objetivo era se contrapor às movimentações dos colonos. Ademais, segundo Favaro (2019):

Naquela conjuntura, o estado de Goiás registrava urbanização crescente, associada à ostensiva presença do latifúndio, com tudo que ele representava, a questão agrária como questão social. A propriedade de muitas terras nas mãos de poucos proprietários, com isso, domínio político e econômico; na outra ponta, os camponeses lidavam com as expressões da questão social: miséria, exclusão, desigualdade e violência/repressão para aqueles que ousaram lutar pelo direito à terra (FAVARO, 2019, p. 8).

Quanto às práticas de DC desenvolvidas pela categoria profissional, percebe-se o uso de instrumentos e estratégias a fim de conformar os trabalhadores do campo aos interesses do “combinado” estabelecido pelo estado, com teor moralizador e de ajustamento social. Dessa forma, a disseminação higienista e comportamental era comum na atuação profissional naquelas localidades do estado de Goiás.

Como afirma Favaro (2019), os estágios realizados pelo Serviço Social nessas áreas favoreciam a aproximação do

[...] colono, da família, estreitar os vínculos, ganhar sua confiança. Nesses encontros, tinha a oportunidade de adentrar em suas casas, perguntar-lhes sobre a vida, orientar, ouvir, esclarecer dúvidas, aconselhá-los, chamar-lhes a atenção para prevenir alguma "desorganização". Sem, contudo, perceber as necessidades, de uma forma crítica, coletiva, transformá-las em reivindicações (FAVARO, 2019, p. 12).

Sobre esta experiência goiana, as requisições institucionais se pautavam em amenizar os conflitos sociais daquela localidade, de forma ideológica ou repressiva do Estado a qualquer ameaça à ordem estabelecida. Assim sendo,

[...] a finalidade da iniciativa proposta pela gestão maurista era atenuar os conflitos pela posse da terra, desmobilizando a luta camponesa, negando suas formas tradicionais de vida, trabalho e organização, deslocando o eixo da questão fundiária para a ausência de técnica e induzindo o aparecimento de um novo trabalhador rural para responder ao projeto agrícola em bases produtivistas e racionais, e submetê-los à lógica do imperialismo, expropriando-os de seus conhecimentos e de sua própria terra. Nesse cenário, o Serviço Social, com suporte do Desenvolvimento da Comunidade, estabeleceu uma interlocução privilegiada com os propósitos mauristas, reforçando os traços conservadores da profissão junto aos colonos e suas famílias, mediante uma ação educativa e preventiva dos problemas sociais, de despolitização da questão social, com vistas a integrá-los às exigências do capitalismo (FAVARO, 2019, p. 14).

Em suma, essas experiências relacionadas ao Serviço Social indicam que não há uma homogeneidade nas práticas de DC no Brasil. Pelo contrário, tanto as formações sócio-históricas quanto a correlação de forças de cada localidade, de certo, interferem propriamente na prática dos Assistentes Sociais. Além disso, demonstram que a partir deste chão histórico contraditório, desenvolveram-se práticas influenciadas ora por concepções tradicionais, ora por movimentos progressistas — para a época —, ou de forma paulatina, principalmente, no que diz respeito ao período entre as décadas de 1950 e o início da década de 1960.

Ademais, o que se observa com estas experiências de Desenvolvimento de Comunidade é que os Assistentes Sociais foram inseridos no plano de desenvolvimento comunitário com base em seu conhecimento e relevância para conformar este planejamento. Como afirma Castro (2011, p. 151), estes profissionais mostravam

“[...] múltiplas aptidões coincidentes com os programas, quer porque na sua formação profissional prévia estavam contemplados conhecimentos acerca do trabalho com grupos e, em muitos casos, acerca da administração de serviços comunitários.”.

Desse modo, suas características, junto a sua experiência com as populações, colocavam tais profissionais à frente dos demais, como sinaliza Castro (2011, p. 151), “[...] isto era tanto

mais relevante quanto boa parte do êxito do desenvolvimento comunitário estava hipotecado à construção de uma adequada relação com a população atendida.”.

Portanto, com o envolvimento da profissão no desenvolvimento comunitário, o autor (2011) demarca que o Serviço Social passa por um processo tanto de mudanças como também de revalorização, que culminou em novas responsabilidades e requisições do setor público — que vivenciava um processo de modernização. Tal alteração, indubitavelmente, evidenciou, naquele momento, um período de expansão profissional.

2.2.3. Apontamentos sobre o Desenvolvimento de Comunidade e as primeiras sinalizações de reflexões críticas no Serviço Social

Como mencionado no ponto 2.2.1, o Serviço Social nos primeiros debates acerca do Desenvolvimento de Comunidade que se gestava em seus Congressos ainda demonstra-se indiferente ao desenvolvimento. No entanto, conforme a inserção de Assistentes Sociais em programas nos quais a prática de DC se constituía como essencial, e a influência norte-americana na profissão, o conjunto profissional identifica a necessidade de readaptação diante da realidade nacional.

Dessa forma, como reiteram Iamamoto e Carvalho (2014), esse panorama revela a necessidade do discurso e dos métodos se sintonizarem “[...] com as preocupações das classes dominantes e do Estado em relação à *questão social* e sua evolução.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 368). Sendo assim, o II Congresso Brasileiro de Serviço Social, com o tema “Desenvolvimento Nacional para o Bem-estar Social”, realizado em 1961, foi o ambiente propício para que o pensamento de atualização e modernização de sua prática se fizesse inevitável perante às movimentações dos setores dominantes, bem como às demandas direcionadas ao Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 368).

Esta conjuntura que se estabelecia no período demonstrou para a profissão tanto a importância de atuação para os planos de desenvolvimentismo, quanto um ambiente propício para o desenvolvimento do Serviço Social, tendo em vista as funções que o Estado o direcionava. Portanto, a

[...] questão central, a partir daí, passa a situar-se, mais uma vez, na formação do Assistente Social Para diversos campos (Previdência, Serviço Social Médico, Reabilitação) solicita-se maior especialização na graduação, supervisão especializada e cursos específicos de pós-graduação. Para a atuação em DOC e DC, mudanças mais radicais: revisão dos métodos em face da realidade brasileira, o aproveitamento de todas as oportunidades para integrar-se numa perspectiva desenvolvimentista, a

documentação das experiências tendo em vista o aperfeiçoamento do método (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 372).

Desse modo, os assistentes sociais se colocam a favor das mudanças exigidas pelo desenvolvimentismo, e seria através do DC e DOC, o qual demonstram sua proposição de contribuição para este processo. Iamamoto e Carvalho (2014, p. 272) afirmam que nesta ambientação a categoria profissional propõe-se “a participar num processo de mudanças estruturais que têm em vista integrar amplas parcelas da população, que subsistem marginalizadas do progresso”.

Ademais, nos discursos presentes no II Congresso realizado em 1961, ficou evidente que há certamente uma consciência da necessidade de modificações estruturais, em face das movimentações políticas referentes às reformas de base — que naquele momento eram concordantes tanto das classes dominantes quanto da classe trabalhadora da necessidade urgente por mudanças— mesmo que segundo Iamamoto e Carvalho (2014) parecessem ambíguas. Para tanto, o Serviço Social percebe o DC e o DOC como formas práticas de participar destas modificações.

Entre tantas posições defendidas, destaca-se também a manifestação de uma comissão fazendo um apelo ao Estado por “[...] uma legislação agrária, de uma revisão da legislação social e sua extensão às populações rurais” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 374).

Iamamoto e Carvalho (2014, p. 374), ao explicitarem algumas das falas do grupo mencionado, referentes ao “Relatório Final da Comissão n.3: Desenvolvimento e Organização de Comunidades em Áreas Rurais”, trazem o seguinte discurso:

Na reforma deste sistema haveria de se ter em vista que a simples alteração nos aspectos de distribuição da terra não acarretaria por si mudanças radicais. Estas seriam conseguidas por um complexo de medidas tendentes à multiplicação de maior alcance e profundidade no plano social e técnico.

Da mesma maneira, concordou a Comissão que esta reforma deverá se processar de modo paulatino, na medida em que as populações interessadas participem ativa e conscientemente na sua realização (..)

Finalmente, considerando que a atual Estrutura Agrária Nacional constitui um grande obstáculo ao desenvolvimento nacional para o bem-estar social, faz sentir ao Grupo de Trabalho da Reforma Agrária, criado pelo Sr. Presidente da República, o interesse geral na urgência e na importância da conclusão de seus trabalhos.

Portanto, o II Congresso Brasileiro de Serviço Social demonstrou que o Desenvolvimento de Comunidade deveria ser priorizado pela atuação profissional, tendo em vista o seu direcionamento e compatibilidade quanto às demandas postas pela realidade brasileira (NETTO, 2015).

O autor sinaliza que o ambiente político e social influencia a profissão de Serviço Social gerando certas consequências, sendo a primeira a “[...] incidência, no mundo mental do assistente social, de disciplinas sociais que sensibilizam o profissional para problemáticas macrossociais.” (NETTO, 2015, p. 180) e a segunda “[...] a inserção do assistente social em equipes multiprofissionais.” (IBID), a qual, como mencionado no 2.2.2, exigiu outra postura frente às responsabilidades concedidas à profissão, como gestão de recursos, posições administrativas e políticas.

Assim, com as pautas debatidas neste Congresso, como: pensar o posicionamento do Serviço Social frente às mudanças colocadas naquele período, repensar o aparelhamento técnico conceitual da profissão, e também, a reivindicação de posições não apenas de execução dos programas e projetos de desenvolvimento (NETTO, 2015, p.182), o que, para o autor, foram elementos essenciais que notam a “erosão do Serviço Social tradicional”.

Isto posto, o autor afirma que em si não existe neste momento uma “crise” do Serviço Social “tradicional”, mas que de fato ela é sinalizada. Dessa forma, essa sinalização, no governo de Quadros, demonstrou certo amadurecimento da categoria profissional, sendo a

[...] relação com outros protagonistas (profissionais: nas equipes multiprofissionais; sociais: grupos da população politicamente organizados) e outras instâncias (núcleos administrativos e políticos do Estado). O segundo refere-se ao desgarramento de segmentos da Igreja Católica em face do seu conservantismo tradicional; a emersão de “católicos progressistas” e mesmo de uma esquerda católica, com ativa militância cívica e política, afeta sensivelmente a categoria profissional. O terceiro é o espraiar do movimento estudantil, que faz seu ingresso nas escolas de Serviço Social e tem aí uma ponderação muito peculiar. O quarto é o referencial próprio de parte significativa das ciências sociais do período, imantada por dimensões críticas e nacional-populares. (NETTO, 2015, p. 183)

Dessa maneira, estes pontos elucidados pelo autor resultaram, segundo (NETTO, 2015), em críticas quanto ao Serviço Social “tradicional”, bem como evidenciam certas diferenciações na prática do Desenvolvimento de Comunidade, como frisado no 2.1.2.

Entretanto, com o golpe ocorrido no ano de de 1964, esse desenvolvimento que se processava no interior da profissão tem sua descontinuidade demarcada. E assim,

Modificou-o muito contraditoriamente: num primeiro momento, pela neutralização dos protagonistas sociopolíticos comprometidos com a democratização da sociedade e do Estado, cortou com os efetivos suportes que poderiam dar um encaminhamento crítico e progressista à crise em andamento no Serviço Social "tradicional"; mas, com a implementação do seu projeto de "modernização conservadora" precipitou esta mesma crise. (NETTO, 2015, p.184)

Em síntese, foi através do curso dos acontecimentos aqui evidenciados, fortemente marcado pelo desenvolvimentismo, que se moldou a profissão do Serviço Social criando um ambiente propício ao caminho da Renovação do Serviço Social. Nela, objetivou-se repensar a profissão frente à questão social que se evidenciava no período, contando com uma diversidade teórico-ideológico no marco profissional e diferentes concepções profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar, a partir da bibliografia utilizada no trabalho em questão, “A Relação entre o Serviço Social e o Desenvolvimento de Comunidade no Brasil: articulações que impulsionam reflexões críticas na profissão”, que a prática desenvolvida pelos assistentes sociais no percurso do desenvolvimentismo apresenta algumas questões importantes a serem sinalizadas.

É pertinente ressaltar que o Desenvolvimento de Comunidade, por mais progressista que se atestava naquele período, ainda sim mantém suas bases na ideologia desenvolvimentista. Como bem coloca Carvalho e Yamamoto (2014), a industrialização ainda era colocada como a forma “miraculosa” para as questões do subdesenvolvimento do país. Além disso, essa perspectiva não coloca em prova a “[...]estrutura das relações sociais, o desenvolvimentismo também preserva e mantém em patamar inatingido a ordem que fundamenta o sistema capitalista e a divisão da sociedade em classes” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 375).

Ou seja, a expansão do capitalismo monopolista e a relação que se estabeleceu no país de forma dependente ocasionou uma política desenvolvimentista que se pautava na ideologia de que os problemas do subdesenvolvimento — que são fruto do processo neocolonial brasileiro — seriam facilmente resolvidos dentro do ordenamento capitalista (FERNANDES, 1976 *apud* PAULA, 2014).

Desse modo, o Desenvolvimento de Comunidade cumpre um papel ideológico de manter o país e a população em uma posição subalternizada frente ao capitalismo central. O ordenamento norte-americano adentrou o país em formas de “[...]programas e seminários internacionais — sob a bandeira da modernização do meio rural através da educação de adultos[...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 376) com intuito de reforçar essas posições hierárquicas.

O Serviço Social, ao introduzir-se no campo de atuação junto ao desenvolvimentismo proposto pelo Estado — se inserindo em programas e projetos de DC —, desenvolve sua

atuação a partir de uma demanda de controle e harmonia social, a fim de conformar o planejamento proposto. Entretanto, contraditoriamente, através das lutas sociais presentes nas comunidades em que os Assistentes Sociais se inseriam, deflagrou-se com uma diversidade de concepções e de movimentos sociais atuantes, que certamente colaboraram tanto para refletir sobre a realidade social brasileira, como para repensar a utilização da importação de práticas estrangeiras apropriadas pela profissão.

Dessa forma, como afirmam Duriguetto e Marro (2016), foi neste contexto que se gestaram as bases essenciais para expandir os “aportes teórico-metodológicos e interventivos do movimento reconceituador no Serviço Social brasileiro, edificados no que Netto denomina de “Intenção de Ruptura”. ”(DURIGUETTO; MARRO, 2016, p. 100).

Em suma, ao se trazer a reflexão histórica do Serviço Social através de sua diretriz teórico-metodológica resgatando a prática de Desenvolvimento de Comunidade, constata-se que este processo se constituiu como fundamental para a aproximação do Serviço Social com os Movimentos Sociais. Esta vinculação entre a categoria profissional e as lutas sociais impulsionou um movimento crítico por parte dos Assistentes Sociais frente à realidade social, mesmo que incipiente naquele momento.

Logo, reafirma-se aqui a necessidade de pesquisas mais aprofundadas e que tragam a comprovação da hipótese de que os movimentos sociais se aproximam do Serviço Social através do Desenvolvimento de Comunidade e não da Renovação do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 10 ed. São Paulo : Cortez. 2003.

BAZARELLO. Raphael Dutra; PINTO; Cláudio Ayrá Ribeiro; PERANTONI, Fillipe; SILVA, Larissa Pereira. **TRABALHO NA PARTICULARIDADE CAPITALISTA: contribuições ao Serviço Social** . In: XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2022, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...] Rio de Janeiro: ABEPSS, 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00323.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2023.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COSTA, Maria Aparecida Alves da. **As contribuições do movimento de cultura popular (MCP) para a educação brasileira**. Revista Expedições:Teoria & Historiografia | V. 6, N.2, 2015.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 13ª reimpressão. — Porto Alegre, RS: L&PM, 2019.

GUILHERME, Rosilaine Coradini. **Desenvolvimento de Comunidade e o Serviço Social: entre o conformismo e a crítica**. Emancipação, Ponta Grossa,, 2012. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>>

GREMAUD, Amaury Patrick e VASCONCELLOS, M A S e TONETO JÚNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea: para cursos de economia e administração**. São Paulo: Atlas, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. — 41. ed. — São Paulo: Cortez, 2014.

JÚNIOR Adilson Aquino Silveira; SILVA, Andresa Maria da Silva; LIRA, Fernanda Helen de Paula Lira; SILVA, Mariana Macena da. **O “DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE” NO SERVIÇO SOCIAL EM PERNAMBUCO**. In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2019.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Editora Expressão Popular, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6539551/mod_resource/content/2/7.%20Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular%20-%20At%C3%A9%20p.28.pdf

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. — 8 ed. — São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. - 17 ed. - São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. — 1 ed. — São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. **Um debate sobre estratégias e táticas – problematizações no campo do Serviço Social** / Luciana Gonçalves Pereira de Paula; Orientadora: Yolanda Guerra. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, 2014.

PAULA, Renato Francisco dos Santos. **Estado capitalista e serviço social: o neodesenvolvimentismo em questão**. Campinas: Papel Social, 2016.

SILVA, Vicente Gil da. **A Aliança para o Progresso no Brasil: de Propaganda anticomunista à Instrumento de Intervenção Política (1961-1964)**. Orientador: Prof.Dra.

Claudia Wasserman. 2008. 248 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação.** — 4. ed. — São Paulo: Cortez, 1993.

SCHEFFER, Graziella; CLOSS, Thaísa Teixeira; ZACARIAS, Inez Rocha. **Desenvolvimento de comunidade e a formação profissional no Rio Grande do Sul (1950-1965).** *In:* XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018, Vitória . **Anais eletrônicos [...]** Rio de Janeiro: ABEPSS, 2018.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. **O serviço social e sua imagem avanços e continuidades de um processo em construção** / Fátima da Silva Grave Ortiz; Orientadora: Yolanda Guerra. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, 2007.